



Viva Sem Medo



Índice

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	1
2. A Nossa Identidade	2
3. Modelo de Governação Corporativa	3
4. Estructura Accionista da Companhia e Órgãos Sociais	4
5. Relatório do Conselho de Administração	5
6. Demonstrações Financeiras	6
6.1. Conta de Ganhos e Perdas	7
6.2. Demonstração do Rendimento Integral	8
6.3. Balanço	9
6.4. Demonstração de Variações no Capital Próprio	10
6.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
7. Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras	12
8. Declaração de responsabilidade dos administradores	13
9. Relatório dos Auditores	14
10. Parecer do Conselho Fiscal	15

2. A Nossa Identidade

Missão: Garantir a protecção das famílias e a conservação dos activos das empresas através da reparação justa e célebre das suas perdas.

Visão: Sermos o melhor provedor de soluções de seguros do mercado pela exceléncia das nossas práticas.

Valores

- Honestidade: Agimos sempre com verdade, justiça, transparência, integridade e sinceridade.
- Excelência: Não nos conformamos com o bom e acreditamos que o perfeito ainda pode ser aperfeiçoado.
- Consistência: Pensamos e agimos de forma disciplinada, preservando o nosso legado e elevando cada vez mais os nossos padrões de serviço.
- Resiliência: Adaptamo-nos habilmente e contornamos os obstáculos agilmente, tornando-nos cada vez mais fortes e determinados.

As nossas práticas:

- Servir mais, do que ser servido;
- Ouvir mais, do que ser ouvido;
- Compreender mais, do que ser compreendido;
- Dar mais, do que receber;
- Fazer sempre o correcto ainda que tal nos prejudique.

Os nossos compromissos: Somos uma empresa cidadã, comprometida com o desenvolvimento socioeconómico e ambiental sustentável, geradora de valor a longo prazo para os clientes, parceiros, investidores, comunidade e para todas as partes interessadas.

3. Modelo de Governação Corporativa

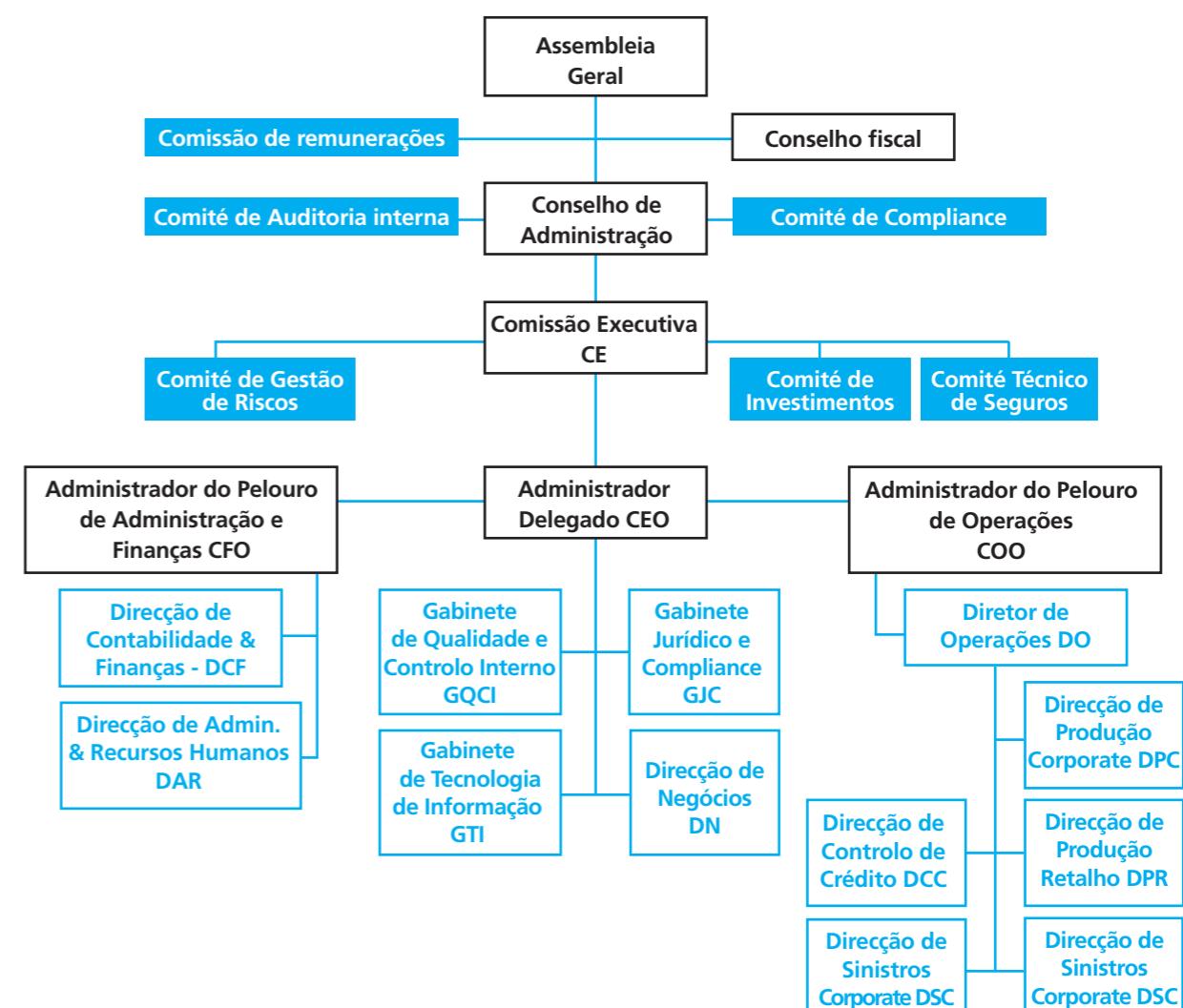
O desafio da gestão da nossa Empresa já não se situa apenas num plano estritamente ligado a produção de resultados líquidos positivos, mas sim, na necessidade de harmonia e paz social entre as diferentes partes interessadas.

Neste contexto, consolidamos o nosso modelo de governação corporativa que, suportando-se no conceito *comply or explain*, estabelece a necessária harmonia e equilíbrio na protecção dos interesses, direitos e deveres de todas as partes interessadas e assente nos princípios da transparência, isenção, competência, equidade, prestação de contas e responsabilidade.

A estrutura do nosso modelo de Governo Societário integra a Assembleia Geral, órgãos de administração e órgãos de fiscalização, garantindo a adequada separação de competências entre as funções de gestão e fiscalização.

Para garantir a continuidade e evitar disruptões materiais na gestão corrente, definimos e implementamos um Plano de Sucessão do Conselho de Administração, fundado no *fit and proper* dos sucessíveis incluindo o respectivo plano de preparação.

Por forma a reforçar um modelo de governação assente numa gestão sá e prudente do negócio, no reforço da comunicação, da transparência e da interacção entre os diversos órgãos de administração e de fiscalização, Titulares de Funções-Chave e Responsáveis de Topo, foram criados e devidamente regulamentados, Comités Consultivos, nos quais além de um ou mais membros dos Órgãos de Administração ou de Fiscalização, consoante os casos, têm assentos Directores de primeira linha de reporte e os titulares de Funções-Chave.



4. Estructura Accionista

A Índico Seguros é uma empresa de capital moçambicano, com o capital social de MZN 200.000.000,00 integralmente realizado (2019: MZN 133.000.000,00) tendo cada acção o valor nominal de MZN 1.000,00.

Accionistas	Nº Acções	%	Capital Realizado
Indico Capitais e Investimentos, S.A.	160,000	80.00%	160,000,000
Capital Corporate Investments, S. A	18,000	9.00%	18,000,000
Vinci - Consultoria e Serviços, S. A	12,000	6.00%	12,000,000
Activa – Gestão de Risco, S. A	10,000	5.00%	10,000,000
Total	200,000	100%	200,000,000

Assembleia Geral

Presidente da Mesa da Assembleia Geral
 Secretária da Mesa da Assembleia Geral

Dr. Alfiado Pascoal
 Dra. Juliana Penicela

PhD Mário Sitoe
 Presidente do Conselho de Administração



Conselho de Administração

Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	PhD Mário Sitoé
Administrador Não Executivo	Dr. João Massango
Administrador Executivo	Dr. Ruben Chivale
Administrador Executivo	Dr. Olivio Melembé
Administradora Executiva	Dra. Nasma Omar

Comissão Executiva

Administrador Delegado (CEO)	Dr. Ruben Chivale
Administrador do Pelouro de Administração e Finanças (CFO)	Dr. Olivio Melembé
Administradora do Pelouro de Operações (COO)	Dra. Nasma Omar

Comissão de Remunerações

Presidente	Dr. José Rodrigues
Vogal	Dr. Anselmo Cunhete
Vogal	Dr. Helder Chambisse

Conselho Fiscal

Deloitte & Touche (Moçambique), Lda	Dr. Zacaria Fakir
-------------------------------------	-------------------

Actuário

ACTUARIADO – Estudos Actuariais, Económicos e Financeiros	Dra. Carmen Oliveira
---	----------------------

5. Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, no cumprimento do seu dever, vem apresentar aos Exmos. Senhores Accionistas, o Relatório e Contas do exercício findo a 31 de Dezembro de 2020, devidamente auditado pela KPMG Auditores e Consultores S.A.

Enquadramento Económico

CONJUNTURA ECONÓMICA GLOBAL

De acordo com o fundo Monetário Internacional (FMI), no "World Economic Outlook"¹, decorrente da Pandemia do COVID-19 que vem assolando o Mundo desde 2019 e apesar dos desenvolvimentos atinentes a sua prevenção e combate, novas vagas e novas variantes do vírus trazem cada vez mais incertezas acerca da concretização das perspetivas traçadas.

No meio dessas incertezas, o FMI prevê que a economia global cresça 5,5% em 2021 e 4,2% em 2022. A previsão para 2021 é revista 0,3 pontos percentuais em relação à previsão anterior, reflectindo as expectativas de um reforço de actividade no final do ano e apoio político adicional em algumas grandes economias, em consequência da vacinação e imunização contra o vírus.

A recuperação de crescimento projectado este ano segue-se a um grave colapso que teve impactos adversos e agudos em mulheres, jovens, sector informal, e operadores de sectores de contacto interpessoal intensivo, recreação e lazer.

Para o FMI a contração do crescimento para 2020 é estimada em -3,5%, mais 0,9 pontos percentuais do que o projecção anterior (reflectindo uma dinâmica mais forte do que o esperado no segundo semestre de 2020).

De acordo com a mesma fonte, o considerável apoio fiscal anunciado para 2021 em alguns países, incluindo mais recentemente nos Estados Unidos e Japão, juntamente com o desbloqueio de fundos da União Europeia, ajudará a aumentar a actividade económica entre as economias avançadas com parceiros comerciais favoráveis. No entanto, perspectiva-se que o déficit orçamental na maior parte dos países diminua em 2021, à medida que as receitas sobrem e as despesas diminuem automaticamente com a recuperação.

Reflectindo a recuperação global projectada, o preço do petróleo deverá subir em 2021, pouco mais de 20 ponto percentuais da base baixa para 2020, mas continuará muito abaixo da sua média para 2019.

Prevê-se também que os preços das matérias-primas não petrolíferas aumentem como os dos metais e, em particular, prevê-se que acelere fortemente em 2021.

Depois de uma contracção estimada de 3,5% em 2020, a economia global é projectada para crescer 5,5% em 2021 e 4,2% em 2022. A estimativa para 2020 é 0,9 pontos percentuais superior ao projectado na previsão de Outubro 2020, o que reflecte a grande recuperação, acima do previsto, em média, na segunda metade do ano.

A previsão de crescimento foi revista em 0,3 pontos percentuais para 2021, reflectindo o apoio político adicional em algumas das grandes economias e expectativas de um fortalecimento da actividade, movido pela disponibilidade de vacinas verificada no final do ano 2020.

A actualização é particularmente grande para o grupo de economia avançada, reflectindo apoio orçamental adicional – principalmente nos Estados Unidos e no Japão – juntamente com as expectativas de vacinação generalizada, anterior disponibilidade em comparação com o mercado emergente e o grupo económico em desenvolvimento.

Consistente com a recuperação da actividade global, prevê-se que os volumes globais do comércio cresçam cerca de 8% em 2021, antes de moderarem para 6% em 2022.

Espera-se que o comércio de serviços recupere mais lentamente do que volumes de mercadoria, no entanto, o que é consistente com subjacente turismo transfronteiriço e viagens até que a transmissão decline em todas as regiões.

ECONOMIA NACIONAL

A pandemia do COVID-19 foi largamente controlada, com o país a reportar menos de 2.000 casos activos até ao final de Dezembro de 2020. Porém, no mês de Janeiro verificou-se um aumento exponencial de contágios, tendo sido superada a cifra de 1 000 casos confirmados por dia. O país recebeu os primeiros lotes da Vacina no âmbito do programa COVAX na última semana do mês de Fevereiro 2021.

Moçambique continua a enfrentar problemas de insegurança na Província de Cabo Delgado que ameaçam, não só o desenvolvimento do gás na região, mas também o progresso económico realizado nos últimos anos. A comunidade internacional aceude ao pedido do Governo e vai apoiar o país no reforço da sua capacidade de combater o terrorismo fornecendo logística e formação técnica, bem como para enfrentar os desafios humanitários.

O PIB real decresceu 1,1% no 3º trimestre, depois da queda da actividade económica na ordem de 3,3% no 2º trimestre. Vários sectores-chave, como o sector da extração, construção, hotelaria, restauração, transportes e financeiro, apresentaram uma contracção no trimestre.

Com a actividade económica a contrair 0,9% em média nos primeiros três trimestres de 2020, o crescimento do ano inteiro será quase certamente negativo (tendo em conta que no 3º trimestre foi registado um PIB negativo de 2,37%, de acordo com os dados do INE). Projecta-se uma contracção global de 0,8%, que está em linha com as projecções do Ministério das Finanças e dentro da faixa de 0,5% a 1% projectada pelo Banco de Moçambique (BM). Embora as perspetivas de curto prazo continuem a ser desafiantes, as perspetivas de longo prazo de Moçambique continuam promissoras. As projecções apontam para uma melhoria constante do crescimento para 4% em 2021 e para mais de 5% até 2023, com o crescimento a aumentar ainda mais quando os projectos de GNL estiverem concluídos até 2025.

O apoio multilateral e bilateral será fundamental para que Moçambique garanta a estabilidade macroeconómica. A Fitch, em Julho de 2020, alertou que as opções de financiamento do País são estreitas, embora esperasse que o governo cumprisse as suas necessidades de financiamento para 2020 através de um misto de financiamento oficial

de credores que inclua o financiamento de emergência do FMI, empréstimos internos e provável participação na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI). A S&P, em Outubro 2020, ao afirmar o rating CCC- de Moçambique (*outlook* estável) também observou que espera que o financiamento dos défices seja largamente assegurado pelos credores oficiais, enquanto os projectos de investimento do sector privado que estão a impulsionar os défices externos serão financiados através do IDE e da acumulação de dívida externa. A S&P revelou que Moçambique pediu aos credores chineses, que detêm cerca de um quinto das ações da dívida externa do país, uma moratória de seis meses sobre o serviço da dívida. Estima-se que a dívida pública total seja de cerca de 117% do PIB no final de 2020, embora isso deva facilitar nos próximos anos à medida que o crescimento aumenta.

No âmbito da sua política monetária o Comitê de Política Monetária (CPMO), do Banco de Moçambique reunido em Janeiro de 2021, deliberou pelo aumento da taxa de juro de política monetária em 300 pontos de base, para 13,25%, num esforço de contenção da inflação a médio prazo, e a depreciação do Metical, em resultado do agravamento dos riscos e incertezas associados aos impactos negativos da propagação acelerada do COVID-19, calamidades naturais e a instabilidade militar na região norte do País.

Enquadramento do Sector Segurador em Moçambique

Moçambique enfrenta desafios endógenos e exógenos estruturantes que limitam o crescimento da economia ao ritmo registado nos últimos anos.

Actualmente, o mercado segurador é constituído por 21 Companhias de Seguros, 1 Resseguradora, 113 Corretoras de Seguros, 4 Corretoras de Resseguro, 6 Entidades Gestoras de Fundos de Pensões Complementares, 1 Micro Seguradora e 28 Agentes de Seguros.

O Conselho de Ministros, através do Decreto no. 39/2018, de 5 de Julho, aprovou a tabela dos valores mínimos do capital social e de garantia, bem como do fundo de estabelecimento, exigidos às entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora e de mediação de seguros e resseguro, sendo que os operadores dispõem de um prazo de três anos a contar da data da entrada e vigor do referido Decreto, para se adequarem aos valores dos capitais mínimos, sob pena de revogação da autorização para o exercício da respectiva actividade. Sendo que para as seguradoras do ramo não vida, o capital mínimo foi alterado dos anteriores MZN 35,000,000 para MZN 97,000,000. Com esta medida, espera-se melhorar a confiança dos tomadores do seguro, sobretudo por parte dos investidores dos grandes projectos que tendem a colocar os seus riscos fora do País.

PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO-MOÇAMBIQUE

Ramo de Negócio	2020	2019
Vida	2,463.3	2,136.5
Não Vida	16,752.5	13,813.6
Total	19,215.8	15,950.1

Fonte: Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), dados provisórios referentes ao IV Trimestre.

O nível de crescimento do mercado segurador do País tem como um dos principais indicadores da análise, a contribuição do sector para economia nacional, mensurado através do rácio entre os Prémios Brutos Emitidos (PBES) e o Produto Interno Bruto (PIB), tendo registado nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 e 2019 cerca de 1,58%, 1,54%, 1,62%, 1,48% e 1,67%, respectivamente. A contribuição do mercado segurador na economia nacional é muito baixa, considerando o volume de investimentos que o país tem registado nos últimos anos e em contraste com as elevadas taxas de penetração no PIB de alguns países da região como a África do Sul, Namíbia e Maurícias, com taxas de contribuição no PIB na ordem dos 13,4%, 8%, e 5,2%, respectivamente.

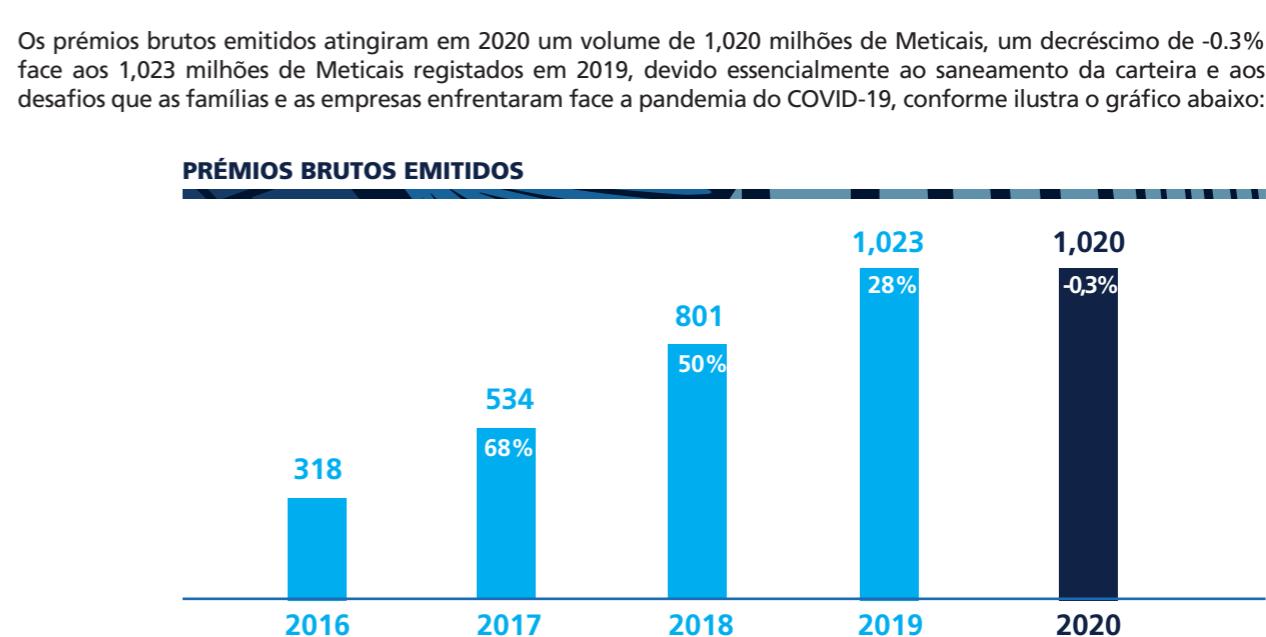
O mercado segurador apresentou em 2020 uma taxa de sinistralidade bruta para o ramo Não Vida de 41%, dos prémios brutos emitidos contra os 25,61% registados em 2019, revelando isto uma redução de 15,42 pontos percentuais. Sendo que os ramos marítimo, acidentes de trabalho e saúde (doença) apresentam taxas de sinistralidade bruta mais elevadas 298,85%, 52,55% e 52,65% respectivamente.

Durante o exercício económico de 2020², verificou-se uma redução dos níveis gerais de cedência do sector segurador que passou de 47% em 2019 para 33%, sendo que o ramo Vida reduziu o nível de cedência em 5 pontos percentuais comparativamente ao ano transacto. O ramo Não Vida, no geral, apresentou uma redução do seu nível de cedência em 17 pontos percentuais.

Para o exercício económico de 2019, conforme o relatório anual do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, publicado em Setembro de 2020, a taxa de cobertura de solvência do mercado observou um aumento de 73,8 pontos percentuais, passando de 41,05% em 2018 para 484,3% em 2019, que se manteve adequado. No entanto verificou-se uma insuficiência de cerca de 1,252 milhões de Meticais de activos para fazer face as provisões técnicas, que em 31 de Dezembro 2019, ascendiam a cerca de 14,927 milhões, contra 13,675 milhões e activos elegíveis, atentando que durante o período acima referenciado as provisões técnicas apresentaram um crescimento na ordem de 33% comparativamente a 2018.

Análise Financeira

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS



No exercício económico de 2020, o ramo automóvel consolidou a sua relevância no que concerne à receita total processada, tendo contribuído com cerca de 66,36% dos prémios brutos emitidos e os restantes ramos com 33,64% da receita total.

Importa salientar que este ramo de negócio registou um crescimento de cerca de 4,53% comparado com o período homólogo de 2019, consolidando-se cada vez mais como o nosso principal ramo de negócio, o que nos valeu a a segunda posição no Ranking do sector para o ramo automóvel, de acordo com o Relatório Anual do ISSM (2019).

O rácio de sinistralidade líquido de resseguro no exercício financeiro de 2020 situou-se nos 40,17%, o que representa um decréscimo na ordem dos 9 pontos percentuais, onde o ramo automóvel apresenta um rácio de sinistralidade líquido de resseguro de 48,19%, o que representa um decréscimo na ordem dos 7,38 pontos percentuais comparativamente ao período homólogo.

¹IMF – World Economic Outlook Update – Janeiro 2021

²Fonte: ISSM) dados de 2020 dizem respeito ao IV Trimestre (dados do IV Trimestre provisórios)



Ramos	2020	2019	Var. 2020/2019 (%)
Acidentes de trabalho	28.45%	66.06%	-57% pp
Acidentes pessoais e doença	6.51%	7.77%	-16% pp
Incêndio e outros danos	53.84%	22.16%	143% pp
Automóvel	48.19%	55.64%	-13% pp
Marítimo	-0.64%	10.51%	-106% pp
Aéreo	0.00%	0.00%	0.00% pp
Transportes	23.77%	49.78%	-52% pp
Responsabilidade Civil	17.87%	26.53%	-33% pp
Diversos	11.95%	27.66%	-57% pp
Total	40.17%	48.99%	-18% pp

SÍNTESSE DE INDICADORES

Descrição	2020	2019	Var. 2020/2019 (%)
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Prémios de Seguro Directo	1,020	1,023	(0.3%)
Margem Técnica Líquida	468	323	45%
Resultado Líquido	121	55	120%
BALANÇO			
Capitais Próprios	336	215	56%
Activo Total	1,060	769	38%
Investimentos	703	485	45%
RÁCIOS			
Eficiência			
1- Rácio de Sinistralidade Líquido de Resseguro	40%	49%	(18%)
2- Rácio de Despesa Líquido de Resseguro	29%	22%	29%
3- Rácio Combinado Líquido de Resseguro	69%	71%	(7%)
Solvabilidade			
1- Rácio de Solvência	258%	155%	66%
2- Capitais Próprios / Activo Total	32%	28%	14%
3- Cobertura das Provisões Técnicas	132%	113%	17%
Outros Indicadores			
Número de Colaboradores	75	35	114%

SINISTRALIDADE

A sinistralidade é entendida como o rácio entre os custos com sinistros e os prémios emitidos. No ano de 2020, o rácio de sinistros brutos e dos respectivos custos por natureza a imputar, fixou-se nos 65.45%, valor largamente inferior ao verificado em 2019 de 72.85%, correspondente a um decréscimo de 10% face ao período homólogo justificada, em parte, pelos fenómenos naturais registados em 2019, designadamente, os ciclones IDAI e Kenneth que tiveram um impacto significativo no ramo de incêndio e outros danos, tendo apresentado uma variação negativa de 53%, comparativamente a sinistralidade reportada em 2020, seguido dos ramos de acidentes pessoais e doença, com uma variação negativa de 25%.

Ramos	2020	2019	Var. 2020/2019 (%)
Acidentes de trabalho	89.67%	73.26%	22% pp
Acidentes pessoais e doença	8.50%	11.36%	-25% pp
Incêndio e outros danos	145.24%	310.82%	-53% pp
Automóvel	53.65%	56.12%	-4% pp
Marítimo	-0.64%	10.51%	-106% pp
Aéreo	0.00%	0.00%	% pp
Transportes	70.48%	46.66%	51% pp
Responsabilidade Civil	20.09%	27.02%	-26% pp
Diversos	85.01%	47.88%	78% pp
Total	65.45%	72.85%	-10% pp

Os custos com sinistros brutos, incluindo os custos por natureza a imputar dos ramos automóvel e diversos, correspondem a 54.4% e 17.5% respectivamente do total dos custos para o ano de 2020, sendo que os restantes 28.1% partilhados pelos outros ramos.

Ramos	2020	2019	Var. 2020/2019 (%)
Acidentes de trabalho	79,350,243	76,228,376	4.1%
Acidentes pessoais e doença	1,030,406	329,031	213.2%
Incêndio e outros danos	91,752,071	215,964,405	-57.5%
Automóvel	362,967,484	362,837,833	0.0%
Marítimo	(43,487)	533,377	-108.2%
Aéreo	-	-	0.0%
Transportes	11,578,962	5,431,461	113.2%
Responsabilidade Civil	3,706,770	5,213,136	-28.9%
Diversos	116,925,174	77,841,424	50.2%
Total	667,267,623	744,379,043	-10.4% pp

CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Os custos administrativos registaram um aumento na ordem dos 9.73%, situando-se em 269.13 milhões de Meticais, correspondendo a 26.40% dos prémios brutos emitidos. Este ligeiro aumento verificado, deveu-se ao aumento da inflação, a materialização de projectos estruturantes e ao esforço para prevenir o contágio e assegurar a continuidade do negócio face aos desafios do COVID-19.

Durante o ano de 2020 reforçamos a nossa política de contenção da despesa e protecção do balanço e adoptamos medidas severas de contenção e redução dos custos administrativos, sem, no entanto, afectar a qualidade do serviço prestado aos nossos clientes e parceiros.

Descrição	Conta técnica	Conta não técnica	2020		2019	
			Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros (ver Nota 7)	40,370,109	-	40,370,109	36,791,533	-	36,791,533
Custos de aquisição (ver Nota 8)	80,740,218	-	80,740,218	73,583,066	-	73,583,066
Custos administrativos (ver Nota 8)	145,332,393	-	145,332,393	132,449,519	-	132,449,519
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 10)	2,691,342	-	2,691,342	2,452,769	-	2,452,769
Total	269,134,062	-	269,134,062	245,276,887	-	245,276,887

ANÁLISE TÉCNICA

Em 2020, devido à conjugação da evolução desfavorável da situação económica global, em resultado dos impactos da Pandemia do COVID-19 aliado ao saneamento da carteira, registamos uma ligeira redução dos prémios brutos emitidos, na ordem de 0.3% comparado com 2019. Com efeito, a margem técnica líquida teve um crescimento na ordem dos 45%, situando-se nos 468 milhões de Meticais (2019: 323 milhões de Meticais) resultante dos factores acima referidos e da diminuição da sinistralidade.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido em 31 de Dezembro de 2020 foi de 121.11 milhões de Meticais positivos (2019: 55.12 milhões de Meticais), o que corresponde a uma variação positiva de 119.70% face ao período homólogo de 2019.

Para este desempenho contribuiu significativamente (i) a materialização da política de contenção de custos e protecção do balanço; (ii) maior rigor orçamental; (iii) ganhos na reavaliação dos imóveis; (iv) bom desempenho dos investimentos e (v) excelente gestão técnica de seguros com impactos significativos na conta técnica.

MARGEM DE SOLVÊNCIA

A margem de solvência, entendida como o património da seguradora, livre de toda e qualquer obrigação previsível e deduzido dos elementos incorpóreos, corresponde à garantia financeira a observar obrigatoriamente, tendo em conta a dimensão das responsabilidades assumidas no âmbito dos contratos de seguro celebrados e é calculada de acordo com o disposto no Decreto n.º 30/2011, de 11 de Agosto.

Assim, com base nas demonstrações financeiras estatutárias, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia fez uma monitorização mensal do seu nível de solvência, como forma de assegurar a sua solvabilidade a médio e longo prazos, sendo que a margem de solvência foi de 258.02% para o exercício em apreço.

Para este desempenho, muito contribuiu o resultado líquido positivo na ordem dos 121.11 milhões de Meticais.

	2020	2019
Capital	200,000,000	135,000,000
Reservas	10,045,037	7,288,830
Resultados transitados	4,987,410	17,619,477
Resultado do exercício líquido de dividendos	121,106,872	55,124,140
Elementos a deduzir	(13,171,966)	(1,661,659)
MARGEM DE SOLVÊNCIA DISPONÍVEL	322,967,353	213,370,788
Margem de solvência exigida - Não Vida	125,172,326	137,573,398
EXCESSO/(INSUFICIÊNCIA) DA MARGEM DE SOLVÊNCIA	197,795,027	75,797,390
Cobertura	258.02%	155.10%

Resseguro

POLÍTICA DE RESSEGURAMENTO

A Companhia manteve o seu nível de exigência na contratação de resseguro, tendo nos seus tratados, apenas resseguradoras de rating A pela S&P e AM Best cotadas no top 50 do ranking das maiores do mundo.

Resseguradora	Rating	Posição no Ranking Internacional
Swiss Re (Líder)	AM Best A+/Stable	1º Posição
SCOR	AM Best A+/Stable	5º Posição
Everest Re	AM Best A/Stable	37º Posição
GIC Re S.A.	AM Best A+/Stable	9º Posição
Africa Re	AM Best A+/Stable	50º Posição
Berkley Re	AM Best B++/Stable	11º Posição

Gestão de Investimentos

A carteira de investimentos, com referência a 31 de Dezembro de 2020, cifrou-se em 703 milhões de Meticais (2019: 485 milhões de meticais), apresentando um crescimento de 45% face ao ano de 2019.

Importa salientar que o crescimento verificado na carteira de investimentos verificou-se maioritariamente na rúbrica de edifícios de rendimento em cerca de 446%, em resultado da aquisição de um imó



Carteira de investimentos	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos e contas a receber				
Outros depósitos - Depósitos a prazo	129,430,994	18%	141,808,561	29%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5,962,081	1%	5,962,081	1%
Investimentos detidos até a maturidade	331,980,930	47%	293,947,121	61%
Edifícios de rendimento	235,687,237	34%	43,179,468	9%
Total	703,061,242	100%	484,897,231	100%

Desempenho dos Riscos em 2020

Riscos	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Tendência
Macroeconómicos	●	○	○	○	↑
Crédito	○	○	○	○	↓
Mercado	○	○	○	○	↑
Taxa de Juro	○	○	○	○	↑
Câmbial	○	○	○	○	↑
Liquidez	○	○	○	○	↑
Rendibilidade e Solvabilidade	○	○	○	○	↑
Interligação	○	○	○	○	↑
Compliance	○	○	○	○	↑

O nível dos riscos é representado pelas cores: **Vermelho – alto; Laranja – médio** e **Amarelo – baixo**; A tendência de evolução dos riscos (alteração no último trimestre) é representada pelas setas: inclinada ascendente aumento do risco; lateral – constante e inclinada descendente – diminuição do risco.

Risco Macroeconómico

Nível de Risco Médio

Internacional PIB

De acordo com o tradingeconomic.com, o Produto Interno Bruto (PIB) no IV Trimestre de 2020 contraiu 2,50% nos Estados Unidos e 5,1% na Zona Euro enquanto que a China registou uma expansão de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tendência Inclinada Descendente

As previsões segundo o World Economic Outlook, Outubro 2020, aponta para um crescimento global projectado em 5,2 por cento em 2021 e o nível do PIB global em 2021 deve ser modesto 0,6 por cento acima do de 2019, sendo que a economia dos Estados Unidos é prevista a crescer em 3,2%, Zona Euro crescerá em 4,8% e China em 3,9%.

Inflação

A mesma fonte tradingeconomic.com aponta que a inflação em Dezembro de 2020 aumentou em 1,40% nos Estados Unidos e desacelerou em 0,30% na Zona Euro e cresceu 0,20% na China em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nacional PIB

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) apresentou uma variação de menos 2,37% no IV Trimestre de 2020 comparado ao mesmo período do ano anterior e em termos acumulados, dos quatro trimestres de 2020, situou-se em menos 1,28%. No entanto, durante o III Trimestre de 2020 foi assistida uma desaceleração em quase todos os sectores de actividade económica com destaque para a Hotelaria e Restauração e a Indústria extrativa, com redução de 31,42% e 16,21%. Segundo relatório de expectativas macroeconómicas de agentes económicos do Banco de Moçambique edição de Fevereiro/2021, os agentes económicos reviram em baixa as perspectivas de crescimento económico para 1,5% em 2021.

Inflação

A mesma fonte citada anteriormente refere que o País registou, em Dezembro de 2020, uma inflação mensal de 1,52%. A inflação acumulada situou-se em 3,52% e a inflação média 12 meses em 3,14%. Segundo relatório de expectativas macroeconómicas de agentes económicos do Banco de Moçambique edição de Fevereiro/2021, os agentes económicos reviram em alta as perspectivas de inflação para Dezembro de 2021 em 4,77%.

Risco de Crédito

Nível de Risco Baixo

O nível de exposição ao risco de crédito da ÍNDICO SEGUROS teve seu nível alto em Janeiro de 2020 com uma concentração de crédito pouco líquida, seguido de uma redução moderada ao longo do I Trimestre verificada durante o ano à medida que a Companhia respondeu positivamente contra a pandemia do COVID -19, por meio de adopção de uma abordagem arrojada de gestão de crédito. O mês de Agosto de 2020 foi o que registou a menor concentração de crédito, que foi-se alterando à medida que os tomadores de seguros, face ao contínuo aumento da inflação, desvalorização do metical, viam-se obrigados a postergar o pagamento dos prémios e/ou fracções destes. Na mesma tendência, assistiu-se a uma desaceleração média da índice de concentração individual de crédito de 4% ao mês, dos 48% verificados em Janeiro de 2020 para 11% verificados em Dezembro de 2020, com tendência de manutenção desse ritmo de decréscimo em 2021, conforme os dados de Janeiro de 2021 que fixaram esse índice em 7%. Os números do índice acima mostram que o crédito da ÍNDICO SEGUROS não está concentrado em uma contraparte de tal forma que sua inadimplência em caso de falência possa resultar num efeito negativo significativo para a Companhia.

Risco de Mercado

Nível de Risco Alto

Geral
O desempenho da Bolsa de Valores de Moçambique, foi satisfatório com rádio de capitalização bolsista e índice de liquidez a apresentar uma tendência de manutenção positiva com inclinação descendente durante o ano.

A volatilidade do preço das ações detidas pela Companhia foi acentuado durante o ano em análise, com quedas significativas no preço das ações, afectando negativamente o desempenho da companhia, mormente, na CDM em 56% & HCB em 25%, de Janeiro a Dezembro de 2020.

CDM

Tem contribuído para esse comportamento a redução do nível de demanda da cerveja produzida, por conta da presença da concorrência e dos efeitos das medidas adoptadas durante a vigência do Estado de Emergência e Calamidade pública que se viveu durante o ano de 2020.

HCB

O registo actual das ações da HCB, mostra-nos uma inconsistência e consequentemente difícil de prever suas tendências futuras. No entanto, ficou claro durante o ano de 2020 e até ao último mês de reporte que o preço por acção oscilou entre 3MT – 4MT.

Risco de Taxa de Juro

Nível de Risco Alto

Internacional
De acordo com o "tradingeconomic.com" as taxas de juros no segundo semestre tiveram uma tendência a situar-se em torno de 0,25% nos Estados Unidos, nenhuma variação na Zona Euro e 0,385% na China em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nacional

As taxas de juros da política monetária do Banco de Moçambique (BdM), reduziram na sua generalidade durante o ano de 2020 estacionando-se em 11,5% desde Junho de 2020, sinalizando a intenção do regulador em aumentar a liquidez no mercado por forma a continuar a estimular a economia. No entanto, o Banco de Moçambique decidiu em Janeiro de 2021, aumentar a taxa de juro de política monetária, em 300 pontos-base (pb), para 13,25%, justificando a sua decisão com "a substancial revisão em alta das perspectivas de inflação para o médio prazo, a reflectir a continúa depreciação do Metical, num ambiente de maior agravamento dos riscos e incertezas, com destaque para as consequências negativas da propagação acelerada da Covid-19, a ocorrência de calamidades naturais e a instabilidade militar.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos está assente nos instrumentos e políticas para a identificação e avaliação de riscos que estão associados ao negócio e tomar medidas para a sua mitigação.

A política de gestão de riscos da Companhia institui um sistema de gestão de riscos que identifica dentre outros, i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua actividade, ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respectivo impacto, iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respectiva mitigação, iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajuste do sistema.

Tendo por base um plano estratégico de médio e longo prazo, a Companhia institui um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permite antecipar e minimizar os riscos inerentes à actividade seguradora. Estrategicamente, os riscos corporativos, foram categorizados em:

1) Riscos Financeiros

Decorrem das exposições da Companhia, nas operações financeiras que realiza, bem assim, aos seus activos e passivos monetários:

- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Crédito
- Risco de Contraparte;
- Risco de Concentração.

2) Riscos Não Financeiros

Correspondem às demais categorias de riscos, não abrangidas na classificação anterior, mas que, pela sua severidade, podem impactar na execução do objectivos estratégicos da Companhia:

- Risco Operacional;
- Risco de Compliance;
- Risco Reputacional.

O nosso painel de riscos, incorpora adequadamente a nossa exposição no sector financeiro não monetário no qual nos inserimos.

COMO TRATAMOS OS RISCOS?

A nossa abordagem em relação aos riscos catalogados e monitorizados é baseado nas melhores práticas de governação corporativa internacionalmente aceites.

Com efeito, para cada risco, há uma acção concreta e harmonizada à Lei e aos nossos normativos internos, tendente a evitar os seus prováveis efeitos.

A nossa abordagem de gestão de riscos, também se funda na garantia eficaz de recursos, veiculando a sua optimização, aliada a um atento e pró-activo sistema de controlo interno, que identifica e corrige problemas de conformidade e promove a monitoria dos riscos.

É ainda nossa abordagem na gestão de riscos, desenvolver acções que auxiliem e habilitem a Gestão de Topo na tomada das melhores decisões, priorização e definição de planos, promovendo a avaliação de oportunidades e ameaças.

A gestão de riscos corporativos interno impulsiona a criação de valor, permitindo que a gestão responda de forma rápida, eficiente e eficaz a quaisquer eventos futuros.

QUAIS SÃO AS COMPONENTES DO NOSSO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS?

O nosso sistema de gestão de riscos é composto por intervenientes, cujas funções são distintas, porém, complementares, a saber:

Conselho de Administração
Comitês Consultivos do Conselho de Administração: Comitê de Auditoria e Comitê de Compliance
Comissão Executiva
Comitês Consultivos da Comissão Executiva: Comitê de Gestão de Riscos, Comitê de Investimentos e Comitê Técnico de Seguros
Gestão de Riscos Corporativos: Gabinete de Qualidade e Controlo Interno; Gabinete Jurídico e de Compliance e Direcção de Contabilidade e Finanças

A Gestão de Topo, através do Conselho de Administração e da Comissão Executiva tem, de forma conjunta, a responsabilidade de definir os objectivos corporativos e definir estrategicamente os mecanismos para alcançá-los, garantindo que as políticas internas, viabilizem uma assertiva gestão de riscos, com vista a materialização dos objectivos traçados. Paralelamente, a Empresa adoptou o modelo de gestão de riscos de "três linhas de defesa":

1ª Linha de Defesa: As Unidades Orgânicas (titulares do processo) cuja responsabilidade primária passa pela identificação, avaliação e implementação dos controlos definidos.

2ª Linha de Defesa: Funções de Controle, cuja responsabilidade principal é elaborar, sugerir, orientar e supervisionar se os processos e controlos definidos são adequadamente implementados na primeira Linha de Defesa, bem assim assessorá-los e monitorar a harmonia dos controlos às Leis e normativos internos.

3ª Linha de Defesa: Controlo Interno, a quem compete realizar avaliações, inspecções, através da execução de testes de controlos e apuramento de denúncias incluindo sobre a efectividade da gestão e da prevenção de riscos, de controlos internos e de conformidade.

As funções de cada responsável, as suas interações e contribuições para a gestão de riscos, estão devidamente regulamentadas e evidenciadas pela Política de Gestão de Riscos e Regulamentos de cada Comitê Consultivo.

Os Comitês Consultivos gozam de independência no desempenho das suas atribuições, sendo garantida a sua isenção, liberdade e transparência.

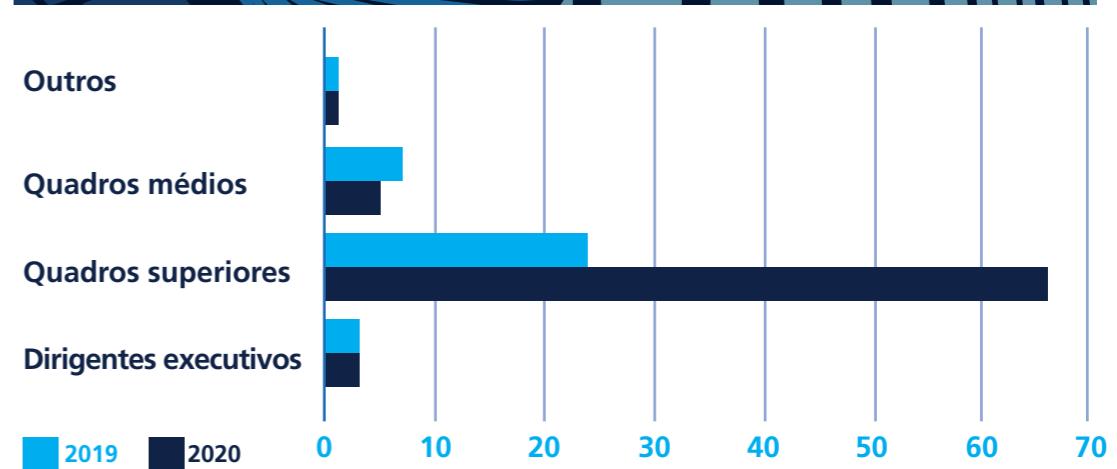


Recursos Humanos / Colaboradores

A Companhia continuou em 2020, a privilegiar a identificação, desenvolvimento e retenção de talentos bem como a adequação e formação em matéria comportamental e técnica em linha com os qualificadores de carreiras técnicas e de gestão.

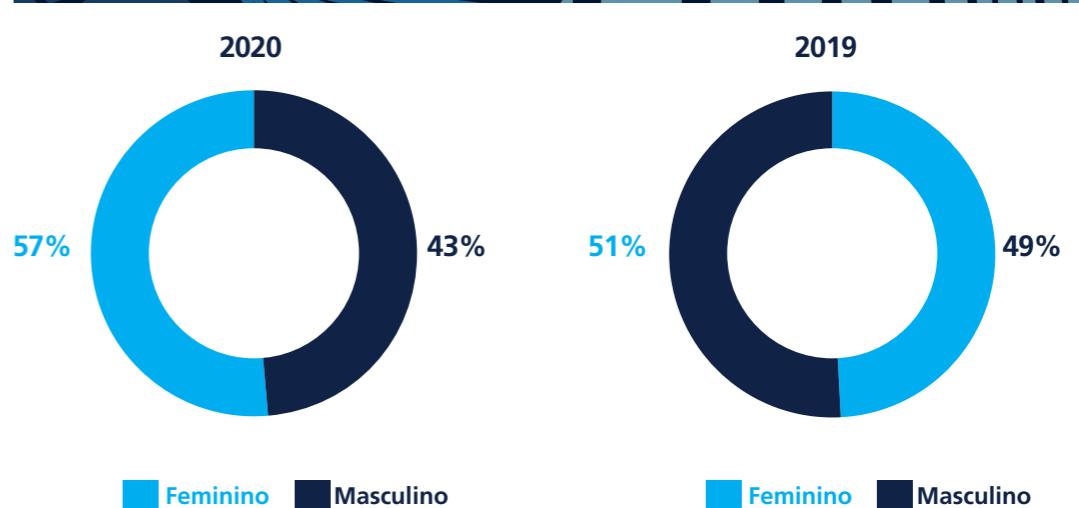
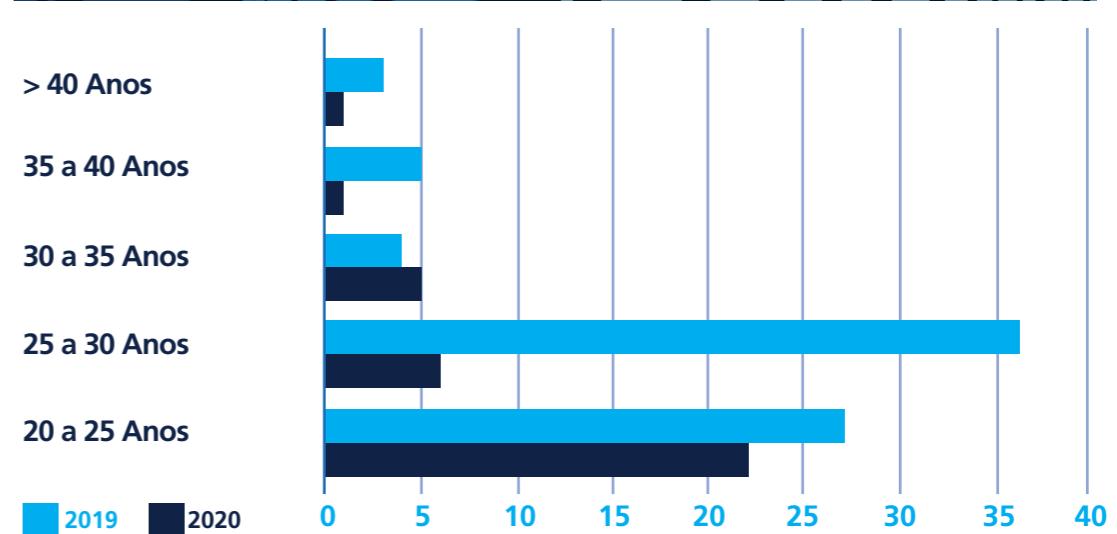
Nota de apreço nas formações em matérias técnicas de seguro onde os nossos colaboradores concluíram com aproveitamento e sucesso o Certificate e Diploma ministrados pelo Chartered Insurance Institute of United Kingdom (CII).

COLABORADORES POR HABILITAÇÕES



Contamos com 75 colaboradores a 31 de Dezembro de 2021 dos quais 43% são homens e 57% são mulheres.
(2019: 35 colaboradores, 49% homens e 51% mulheres).

COLABORADORES POR IDADE



Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos do exercício findo a 31 de Dezembro de 2020, foi de 121,106,872 Meticais. O Conselho de Administração propõe a não distribuição de dividendos face as incertezas e fragilidade dos indicadores macroeconómicos e propõe, neste modo, que o resultado apurado seja alocado para o reforço da reserva legal (20%) e para o aumento do capital social da sociedade para o mínimo de 300,000,000 Meticais.

Agradecimentos

A Comissão Executiva, agradece a todos que deram o seu inestimável apoio durante o ano de 2020, para o alcance dos excelentes resultados reportados neste relatório:

- Aos Acionistas, pela confiança que têm depositado na Companhia e na sua gestão, proporcionando condições de estabilidade e crescimento;
- Aos Clientes, pelo profundo reconhecimento e crescente preferência e confiança, reafirmamos aqui, o nosso propósito de proteger as Vossas famílias e conservar os activos das Vossas empresas através da reparação justa e célebre das Vossas perdas, procurando, em tudo, ouvir, compreender, servir, dar e fazer sempre o que é correcto ainda que tal nos prejudique;
- Para os Colaboradores, vai uma palavra de apreço e admiração por se terem mantido firmes e fiéis aos nossos valores e práticas num contexto económico menos favorável, agravado com os efeitos da Pandemia do COVID-19. Muito obrigado pela honestidade, exceléncia, consistência e resiliência na abordagem e interpretação dos sinais do tempo;
- Às entidades governamentais, em geral, e de supervisão, em especial, vai o nosso reconhecimento e agradecimento pelo acompanhamento e orientação prestados neste ano de actividade;
- À Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, pela compreensão e acompanhamento persistente das actividades da Companhia;
- Aos nossos Auditores Externos, Internos e Actuários agradecemos por terem acrescentado valor a nossa Companhia pelos valiosos conselhos dados a equipa de gestão;
- Aos nossos parceiros, nacionais e internacionais, uma palavra de apreço por confiarem em nós e comungarem os nossos valores e deontologia profissional.

Maputo, 10 de Março de 2021

Dr. Ruben Fernando Chivale
Administrador Delegado

Risco Câmbial

Nível de Risco Alto

Tendência Inclinada Ascendente

Durante o ano o metical depreciou-se face ao Dólar, Euro e Rand. Esta tendência, permaneceu constante ao longo do período em relação ao Dólar e ao Euro. No entanto, o desempenho do Metical face ao Rand foi misto uma vez que iniciou o ano com uma depreciação moderada e em Abril, repentinamente, uma recuperação que foi deteriorando-se entre o II e o III trimestre.

Porém, ao término do ano, nota-se uma depreciação generalizada do metical face as principais moedas estrangeiras em circulação no território nacional, (Dólar, Euro e Rand) causada pelo efeito combinado do (i) adiamento da exploração do Gás e Petróleo em Cabo Delgado pela TOTAL; (ii) instabilidade militar em Cabo Delgado; e (iii) escassez de moeda estrangeira (Dólar, Euro e Rand), causada pela aversão ao risco de investir no país exibido pelos investidores e tendência de recuperação da economia Norte-Americana pelas eleições presidenciais e alargamento das campanhas de vacinação contra a COVID 19.

Na mesma direcção, depois de sistematicamente evidenciar tendência de continuar em alta, com o anúncio da descoberta de petróleo e gás natural na República da África do Sul e com o aumento do orçamento para as campanhas de vacinação contra a COVID 19, o Rand fecha o ano mais forte e em torno de 5,11 MNZ/ZAR. O Euro foi fortemente influenciado pela publicação dos dados positivos do PIB da Alemanha e implementação generalizada das campanhas de vacinação em quase toda a Europa.

Segundo relatório de expectativas macroeconómicas de agentes económicos do Banco de Moçambique edição de Fevereiro/2021, em geral, os agentes económicos reviram em alta as suas perspectivas de taxa de câmbio, tendo previsto que em média o câmbio situar-se á 76,05 MNZ/USD.

As diferenças cambiais globais (realizadas e não realizadas) da ÍNDICO SEGUROS tem sido geridas em 2020 a níveis flutuantes entre (-) 1 milhão e 6 milhões, com tendências positivas que atingiram o seu máximo em Novembro de 2020, seguido de um reverse para valores negativos perto de 1 milhão. Essa postura é justificada pela depreciação do metical que no final do ano atingiu níveis preocupantes.

Risco de Liquidez

Nível de Risco Baixo

Tendência Constante

Durante o ano, o rácio de liquidez dos activos em termos de análise horizontal permaneceu moderado a níveis confortáveis, uma vez ter estado em todos os meses acima de 100%.

Por outro lado, o desempenho deste rácio tem sido considerado bom, uma vez terem sido verificadas variações positivas durante o ano, quando comparado com iguais períodos do ano anterior.

Rendibilidade e Solvabilidade

Nível de Risco Baixo

Tendência Inclinada Ascendente

A rendibilidade global da Companhia é aproximadamente 121 Milhões, que é o melhor resultado de sempre na história da ÍNDICO SEGUROS.

Durante o ano a margem de solvência da companhia esteve sempre acima de 100%, em resultado da adequada gestão dos riscos da Companhia, que veio a culminar com margem de solvência na ordem de 258,02% com referência a 31 de Dezembro. Para o mesmo período a Companhia reporta uma margem de cobertura das provisões técnicas na ordem de 132%, estando deste modo em conformidade relativamente aos principais indicadores prudenciais da actividade de seguros.

Risco de Interligação

Nível de Risco Médio

Tendência Constante

Dívida pública

Segundo o Ministério da Economia e Finanças, registou-se um aumento do investimento em Bilhetes de Tesouro nacionais e só no III Trimestre de 2020 assistiu-se um aumento de 78 493,8 Milhões de Meticais para 111.538,6 Milhões de Meticais, reflectindo a apetência dos investidores neste tipo de activos.

O Ministério da Economia e Finanças aprovou o calendário para a emissão das Obrigações de Tesouro para o ano de 2021, no qual o Governo tem a intenção de arrecadar um total de MZN 40.9 mil milhões.

Crédito à Economia

Relativamente a distribuição sectorial do Crédito à Economia, verificou-se uma diminuição nos sectores da construção 19.0% e do transporte e comunicações (5.3%), enquanto que os sectores da industrial 9.8%, agricultura e pescas (9.4%), industria de turismo 2.2%, comércio 0.5% e outros sectores 7.7% registaram sinais positivos relativamente ao mesmo período de 2019.

Segundo relatório de expectativas macroeconómicas do Banco de Moçambique edição de Fevereiro/2021, os agentes económicos acreditam na redução dos níveis anuais de crédito à economia nos próximos três meses de 2021.

Emprego

Segundo Instituto nacional de Estatística, entre Outubro e Dezembro, o indicador da perspectiva de emprego recuperou ligeiramente, como resultado das expectativas favoráveis, principalmente dos sectores de alojamento e restauração, seguida dos outros serviços não financeiros. Esse optimismo terá sido influenciado pelo relaxamento de medidas contra COVID-19 decretadas pelo Governo nos meses de Agosto e Setembro. No entanto, se comparado com o período homólogo, as expectativas de emprego continuaram pessimistas.

No decurso de suas operações a Companhia de Seguros Indico, SA seleciona de forma criteriosa as resseguradoras internacionais (veja com mais detalhe o detalhe da política de resseguro da Companhia nesse relatório) com as quais pode depositar confiança na celebração de contratos de resseguro. Assim baseado na classificação da AM Best a Indico seleciona das 50 maiores resseguradoras mundiais com base nos seus rating AM Best, quais são os escolhidos para a celebração de tratados de resseguro e quais são os que são elegíveis para a celebração de contratos de resseguro facultativos. Abaixo segue o guia da AM best.

Escala de classificação de força financeira da Best (FSR)			
Categorias de Rating	Símbolo de Rating	Níveis de Classificação	Ramos
Superior	A+	A++	Atribuído a seguradoras que têm, na opinião da AM Best, uma habilidade superior para cumprir suas obrigações de seguro em curso
Excelente	A+	A-	Atribuído a seguradoras que têm, na opinião da AM Best, uma habilidade excelente para cumprir suas obrigações de seguro em curso
Bom	B+	B++	Atribuído a seguradoras que têm, na opinião da AM Best, uma habilidade boa para cumprir suas obrigações de seguro em curso
Razoável	B	B-	Atribuído a seguradoras que têm, na opinião da AM Best, uma habilidade razoável para cumprir suas obrigações de seguro em curso
Marginal	C+	C++	Atribuído a seguradoras que têm, na opinião da AM Best, uma habilidade marginal para cumprir suas obrigações de seguro em curso
Fraco	C	C-	Atribuído a seguradoras que têm, na opinião da AM Best, uma habilidade fraca para cumprir suas obrigações de seguro em curso
Pobre	D	-	Atribuído a seguradoras que têm, na opinião da AM Best, uma habilidade pobre para cumprir suas obrigações de seguro em curso

Risco de Compliance

Nível de Risco Baixo

Tendência Constante

O Compromisso de Compliance tem sido crescentemente difundido e garantido pelo recém implementado Gabinete Jurídico e de Compliance, do qual resultam de incumprimentos até então sem impacto financeiro nas demonstrações financeiras da seguradora.

A Companhia tem feito uma monitoria dos critérios de seleção de parceiros com vista a cumprir os normativos internos em vigor.



6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 Conta de ganhos e perdas

Notas	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício 2020			Exercício 2019	
		Conta Técnica do Ramo Não Vida	Conta não técnica	Total	Conta Técnica do Ramo Não Vida	Conta não técnica
2 j); 6	PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURADO	878,665,783	-	878,665,783	824,410,495	
	Prémios brutos emitidos	1,019,558,902	-	1,019,558,902	1,022,791,944	
	Prémios de Resseguro Cedido	(127,409,866)	-	(127,409,866)	(147,811,364)	
	Provisão para prémios não adquiridos (Variação)	(8,931,907)	-	(8,931,907)	(50,477,626)	
	Provisão para prémios não adquiridos, parte dos reseguradores (Variação)	(4,551,346)	-	(4,551,346)	(92,459)	
	Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	
2 j); 7	CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURADO	(409,605,762)	-	(409,605,762)	(501,090,804)	
	Montantes pagos	(480,333,110)	-	(480,333,110)	(432,747,955)	
	Montantes brutos	(578,559,343)	-	(578,559,343)	(632,952,377)	
	Parte dos reseguradores	98,226,233	-	98,226,233	200,204,422	
	Provisão para sinistros (Variação)	70,727,348	-	70,727,348	(68,342,849)	
	Montantes brutos	(88,708,280)	-	(88,708,280)	(112,121,373)	
	Parte dos reseguradores	159,435,628	-	159,435,628	43,778,524	
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1,583,104	-	1,583,104	4,188,711	
	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro	-	-	-	-	
	Montante bruto	-	-	-	-	
	Parte dos reseguradores	-	-	-	-	
	Participação nos resultados, líquidos de resseguro	(2,515,769)	-	(2,515,769)	(4,254,041)	
2 j); 8	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS	(338,818,815)	-	(338,818,815)	(308,206,240)	
	Custos de aquisição	(226,510,337)	-	(226,510,337)	(223,131,517)	
	Custos de aquisição diferidos (Variação)	(3,113,266)	-	(3,113,266)	6,493,619	
	Custos administrativos	(145,332,393)	-	(145,332,393)	(132,449,518)	
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	36,137,181	-	36,137,181	40,881,176	
2 e); 9	RENDIMENTOS FINANCEIROS	31,764,405	-	31,764,405	26,523,972	
	De juros activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	
	De juros passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	
	Outros	31,764,405	-	31,764,405	26,523,972	
10	CUSTOS FINANCEIROS	(2,691,342)	-	(2,691,342)	(2,452,769)	
	De juros activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	
	De juros passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	
	Outros	(2,691,342)	-	(2,691,342)	(2,452,769)	
	GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCIEROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS	4,819,499	-	4,819,499	182,696	
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-	
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	
	De investimentos a deter até a maturidade	-	-	-	-	
	De passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	
	De outros	4,819,499	-	4,819,499	182,696	
	GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCIEROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS	(7,898,557)	-	(7,898,557)	20,340,382	
	De activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	
	De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial justo valor através de ganhos e perdas	(7,898,557)	-	(7,898,557)	20,340,382	
11	Diferenças de câmbios	16,566,598	-	16,566,598	27,334,381	
	Ganhos líquidos pela venda de activos não que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	
	PERDAS DE IMPARIDADE (LIQUIDAS DE REVERSÃO)	10,000,000	-	10,000,000	-	
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-	
	De empréstimos e contas a receber valorizados ao custo amortizado	10,000,000	-	10,000,000	-	
	De investimentos a deter até a maturidade	-	-	-	-	
	De outros	-	-	-	-	
12	OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURADO	7,124,940	-	7,124,940	178,557	
2 m); 13	Outras provisões (variação)	-	-	-	-	
12	OUTROS RENDIMENTOS /GASTOS NÃO TÉCNICOS	(13,620,656)	-	(13,620,656)	(5,856,407)	
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	
	Ganhos e perdas de associados e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	
	Resultado Antes de Imposto	175,373,428	-	175,373,428	81,298,933	
2 o); 24	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO - IMPOSTOS CORRENTES	(57,082,296)	-	(57,082,296)	(24,056,750)	
2 o); 24	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO - IMPOSTOS DIFERIDOS	2,815,740	-	2,815,740	(2,118,043)	
	Resultado Líquido do Exercício	121,106,872	-	121,106,872	55,124,140	

6.2 Demonstração do rendimento integral

Notas	Demonstração do Rendimento Integral	Exercício 2020			Exercício 2019	
		Conta Técnica do Ramo Não Vida	Conta não técnica	Total	Conta Técnica do Ramo Não Vida	Conta não técnica
27	Resultado líquido do exercício	121,106,872	-	121,106,872	55,124,140	-
	Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-
	Total do rendimento integral líquido de impostos	121,106,872	-	121,106,872	55,124,140	-

6.3 Balanço

Notas	Balanço	Exercício 2020			Exercício 2019	
		Contas Técnicas do Ramo Não Vida	Imparidade, despesas, amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Contas Técnicas do Ramo Não Vida	Imparidade, despesas, amortizações ou ajustamentos
ACTIVO						
2 a); 15	Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	61,741,422	-	61,741,422	29,424,130	
2 b); 16	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5,962,081	-	5,962,081	5,962,081	
2 c); 17	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial do justo valor através de ganhos e perdas	331,980,930	-	331,980,930	293,947,121	
2 c); 18	Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	
	Emprestimos e contas a receber					
	Depositos junto de empresas cedentes					
	Outros Depósitos	129,430,994	-	129,430,994	141,808,561	
	Emprestimos concedidos	-	-	-	-	
	Contas a receber	-	-	-	-	
	Outros Depósitos	-	-	-	-	
	Investimentos a deter até a maturidade	-	-	-	-	
2 g); 19	Edifícios					
	Edifícios de uso próprio	-	-	-	-	
	Edifícios de rendimento	230,867,738	4,819,499	235,687,237	43,179,468	
2 h); 20	Outros activos tangíveis	153,348,186	75,056,878	78,291,308	36,943,612	
	Inventários	-	-	-	-	
	Goodwill	-	-	-	-	
2 i); 21	Outros activos intangíveis	16,354,435	3,182,469,00	13,171,966	1,661,659	
2 j); 22	Provisões técnicas					
	Provisão para prémios não adquiridos	59,064,930	-	59,064,930	76,132,692	
	Provisão matemática do ramo vida	20,046,387	-	20,046,387	23,296,800	
	Provisão para sin					



6.5 Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração dos fluxos de caixa	Exercício 2020	Exercício 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	121,106,872	55,124,140
Ajustamentos ao resultado relativos a:		
Depreciações e amortizações	17,061,533	16,764,058
Variação de justo valor de propriedades de investimento	(4,819,499)	(182,696)
Variação da provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite de resseguro cedido	88,708,280 13,817,349	112,121,369 (43,778,525)
Variação de outras provisões técnicas de seguro directo e resseguro aceite de resseguro cedido	11,763,002 3,250,413	39,741,656 146,093
Variação da provisão para recibos por cobrar	(10,000,000)	-
(Aumento)/diminuição de devedores	23,920,720	
por operações de seguro directo e resseguro aceite	24,307,527	41,803,525
por operações de resseguro	-	-
por outras operações	(2,024,250)	(37,272,663)
Aumento/(diminuição) de credores		
por operações de seguro directo e resseguro aceite	(5,234,158)	(5,396,957)
por operações de resseguro cedido	(3,537,061)	3,736,322
por outras operações	42,707,969	(3,768,002)
Aumento/(diminuição) de Estado e outras entidades públicas	23,019,552	20,557,506
Variações em outras contas do activo	(4,209,680)	1,123,001
Variações em outras contas do passivo	2,515,768	236,595
Variações em contas de resultados	(2,815,740)	2,118,043
Total	315,231,070	203,073,465
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de investimentos	(228,582,008)	(185,007,466)
Reembolsos/alienações de investimentos (incluindo reembolso de depósitos a prazo)	-	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(69,569,266)	(19,106,935)
Juros e proveitos similares	15,237,496	(7,423,239)
Total	(282,913,778)	(211,537,640)
FLUXO DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital social	-	-
Total	-	-
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	32,317,292	(8,464,175)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	29,424,130	37,888,305
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	61,741,422	29,424,130

7. NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1 - Informação Geral

A Companhia de Seguros Índico, S.A. (adiante designada por Índico ou Seguradora) foi constituída em 2011. Encontra-se registada em Moçambique, tendo a sua sede na Avenida Bernabé Thawé, número 333/659, Bairro da Sommerschield, na cidade de Maputo, e dedica-se à actividade seguradora de exploração dos ramos de seguros não vida, conforme autorização concedida pelo Ministério das Finanças em Agosto de 2011.

Nota 2 - Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adoptadas

Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas considerando as disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) relativas à contabilização das operações das empresas de seguros em Moçambique. No âmbito do disposto no "Plano de contas para as entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora", aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, do Ministério das Finanças, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2011.

Em referência a 31 de Dezembro de 2020, os activos detidos pela Companhia afectos para representação das provisões técnicas, revelam-se suficientes no montante de 185,554,205 Meticais, de acordo com os requisitos regulamentares actualmente em vigor.

Adicionalmente, a Companhia apresenta uma margem de solvência disponível de 321,285,588 Meticais (correspondendo a 258.02% do grau da margem de solvência exigida).

Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas.

Nas demonstrações financeiras, a Seguradora efectuou julgamentos e estimativas, utilizando pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As alterações em tais pressupostos, ou as diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras estão expressas na moeda funcional da Seguradora, que é o Metical Moçambicano, que é igualmente a moeda de apresentação.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Março de 2021.

Principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

b) Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Seguradora exerce controlo. Presume-se que o controlo existe quando a Seguradora detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Seguradora detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa, de forma a obter benefícios das suas actividades e mesmo que a percentagem que detenha sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. São classificadas como associadas as empresas sobre as quais a Seguradora exerce influência significativa, a qual é presumida quando a Seguradora detém poder para participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da empresa sem ter o controlo total dessas políticas. São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas) todas as empresas sobre as quais a Seguradora detinha a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (accionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

A Seguradora detém uma participação de 45% no capital social de uma entidade que iniciou as suas actividades em Março de 2015.

c) Activos financeiros

(i) Classificação

A Seguradora classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as categorias seguintes.

Activos financeiros detidos para negociação

Aqueles que são adquiridos com o objectivo principal de gerarem valias no curto prazo.

Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os títulos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Índico Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

Investimentos a deter até à maturidade

São os activos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os activos da classe têm de ser reclassificados para a classe de disponíveis para venda.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui os activos financeiros, excepto os derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado activo e cuja finalidade não seja a negociação. Engloba adicionalmente os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro e outras transacções relacionadas com Contratos de seguro.

(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros são reconhecidas na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a adquirir ou alienar. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros detidos para negociação, ou ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente registados em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Seguradora ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Seguradora tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) a Seguradora tenha transferido o controlo sobre os activos, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

(iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, no momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efectiva; (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira de activos monetários) – ambas por contrapartida de resultados; e (iii) as variações no justo valor (excepto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Seguradora estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado idênticas; (ii) técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções, parametrizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento; e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

(iv) Transferências entre categorias de activos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reklassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros detidos para negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber, ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obejam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e activos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas.

(v) Imparidade

A Seguradora deverá, em cada data de balanço, avaliar a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade, registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que excede a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Instrumentos de capital registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em capital próprio, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

d) Outros activos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular e os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação são registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

A Seguradora não detém qualquer investimento em activos financeiros com derivados embutidos à data de reporte.

e) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.



Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), estes são reconhecidos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

g) Propriedades de investimento e edifício de uso próprio

Propriedades de investimento

A Seguradora classifica como imóveis de rendimento os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, utilizando os critérios de mensuração da IAS 40.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. As variações de justo valor determinadas na data de cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são depreciadas.

Os dispêndios relacionados subsequentes são capitalizados quando for provável que a Seguradora venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

O justo valor dos imóveis de rendimento baseia-se numa valorização efectuada por um avaliador independente que tenha qualificação profissional reconhecida e relevante para a emissão dos relatórios de avaliação.

O justo valor das propriedades de investimento é considerado como o valor mais provável que as mesmas possam ter numa transacção livre de mercado feita entre duas entidades prudentes e supondo um período razoável de exposição no mercado. O justo valor é determinado com base no modelo dos fluxos de caixa futuros descontados ou, quando possível, é aplicado o critério de comparação de mercado, mediante o qual se compara a propriedade com outras propriedades similares que tenham sido objecto de transacção em tempo suficientemente recente para se poderem considerar como válidos os valores atingidos em termos de mercado.

Edifícios de uso próprio

A Seguradora classifica como imóveis de uso próprio os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o custo revalorizado, sujeito a dedução de depreciações e a testes de imparidade conforme previsto na IAS 16, com as alterações no valor reavaliado a serem reconhecidas em capital próprio.

As depreciações são calculadas com base no método dos duodécimos tendo em conta o número de anos de vida útil do imóvel.

	Vida útil finita	Vida útil
Edifícios de uso próprio	Sim	20 Anos

Os dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando é provável que a Seguradora venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

A Seguradora não detém qualquer imóvel de uso próprio à data de relato. As instalações onde a Seguradora opera são todas arrendadas a terceiros.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Seguradora no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Seguradora capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Seguradora opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos e deprecia o bem por esse período.

A Seguradora efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Seguradora.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incursas.

As depreciações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Vida útil finita	Taxas anuais
Equipamento administrativo	Sim	10%
Equipamento informático	Sim	25%
Instalações Interiores	Sim	2%
Material de transporte	Sim	25%

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação de reconhecimento.

Quando existe indicação de que um activo pode estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado e deve ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um activo excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Seguradora são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos intangíveis:

	Activos intangíveis gerados internamente	Vida útil finita?	Taxa anual
Despesas de Constituição	Não	Sim	33,33%

A Seguradora efectua testes de imparidade sempre que ocorrem eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil.

j) Contratos de seguro

Um contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte e aceita compensar o segurado caso um acontecimento futuro incerto específico afecte adversamente o segurado.

Os ganhos e perdas decorrentes de Contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os Contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

(i) Prémios

Os prémios (seguro directo, resseguro aceite e resseguro cedido) são registados no momento da emissão e independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. O prémio é reconhecido como proveito, numa base pró-rata, durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

(ii) Custos com sinistros

Os sinistros são registados aquando da participação, e independentemente do momento da sua participação, e a especialização é efectuada na rubrica de provisão para sinistros.

(iii) Custos de aquisição

Os custos de aquisição correspondem essencialmente à remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de Contratos de seguro. As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

(iv) Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos Contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato através da aplicação do método pro-rata temporis. A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no Balanço, deduzida dos custos de aquisição diferidos.

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de Contratos são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos Contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos Contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses Contratos vão sendo adquiridos.

A Seguradora não difere a componente do prémio relativa aos encargos administrativos e como consequência não difere também os custos de aquisição indiretos resultantes da imputação dos gastos administrativos a imputar. Face ao referido, e tendo por base o referido no Decreto n.º 30/2011, o diferimento dos custos de aquisição não está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

(v) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Seguradora espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros. Esta provisão foi determinada como segue:

- A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- Pela provisão, calculada mediante a aplicação de 5% sobre o valor dos custos do exercício com sinistros, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR – Incurred But Not Reported).

A reserva matemática do ramo acidentes de trabalho é calculada para as pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho e para as estimativas resultantes de processos em processo de homologação, tendo por base o referido no Decreto n.º 30/2011.

(vi) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros, e em que se prevêem más oscilações, e é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade segue a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011, emitida pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM).

(vii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício com respeito a Contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011, emitida pelo ISSM.

(viii) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

k) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores, os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efectuados sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora elevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

l) Ajustamentos de recibos de prémios por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos de prémios por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efectuado numa base económica no qual é avaliada a recuperabilidade de todos os recibos, sendo posteriormente aplicada a margem recibo a recibo. Este ajustamento é apresentado no balanço como dedução aos devedores por operações de seguro directo. Este ajustamento destina-se a reconhecer nos resultados da Seguradora o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos.

m) Benefícios concedidos aos empregados

Os benefícios concedidos aos empregados são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

Complemento de reforma (benefícios pós-emprego)

A Seguradora não atribui qualquer complemento de reforma aos seus colaboradores.

Outros benefícios de longo prazo

A Seguradora não atribui qualquer benefício de longo prazo aos colaboradores.

Bónus de desempenho (benefícios de curto prazo)

É reconhecido um passivo para o montante esperado do bónus se a Seguradora tiver uma obrigação contratual ou construtiva de pagar esse valor e este resulta de um acontecimento passado relativo a um serviço prestado por um empregado e a obrigação possa ser mensurada com fiabilidade. O bónus de desempenho atribuído aos colaboradores da Seguradora é especializado em cada período e é calculado de acordo com uma avaliação de desempenho.

n) Imposto sobre o rendimento

A Seguradora está sujeita ao regime fiscal consagrado pelo Código dos Impostos sobre o Rendimento, estando os lucros imputáveis a cada exercício sujeitos à incidência do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), à taxa actualmente em vigor de 32%.

Os impostos sobre o lucro compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante de imposto é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados sobre a diferença existente entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço, e em cada jurisdição, e que se espera virem a ser aplicadas quando estas diferenças revertem.



Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todos os ajustamentos fiscais tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todos os ajustamentos fiscais dedutíveis, até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

a) Provisões, activos e passivos contingentes

São constituídas provisões quando a Seguradora tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável um dispêndio futuro de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e são divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

p) Capital social e instrumentos de capital

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquida de imposto.

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contractual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

q) Locações

A Seguradora classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que substancialmente todos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em gastos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são reconhecidos na data do seu início, no activo e no passivo, pelo justo valor do activo em locação ou, se for menor, o valor presente dos pagamentos mínimos. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em ganhos e perdas e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

r) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço é recuperado principalmente através de uma transacção de venda, incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo de venda, e a venda for altamente provável.

A mensuração dos activos não correntes é efectuada, imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda. Subsequentemente, estes activos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Na data de relato a Seguradora não possui nenhum activo não corrente detido para venda.

s) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos e diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, o qual está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Seguradora considera como segmento principal o segmento de negócio. Dentro do segmento de negócio existe o ramo Não Vida que é dividido por sub-ramos, nomeadamente os Acidentes de Trabalho, os Acidentes Pessoais e Doença, o Incêndio e Outros Danos, o Automóvel, os Transportes e os Outros Ramos que incluem os sub-ramos Marítimo, Responsabilidade Civil e Diversos.

No que concerne ao segmento geográfico, existe apenas um segmento uma vez que os Contratos são todos celebrados em Moçambique.

t) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de activos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

u) Transacções em moeda estrangeira

A Seguradora tem o Metical Moçambicano (MZN) como moeda funcional. As demonstrações financeiras foram preparadas em Meticais Moçambicanos, que constituem igualmente a moeda de apresentação da Seguradora.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para o Metical à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para o Metical à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda que são registadas em reservas (capital próprio).

Nota 3 - Alteração da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas

Não exercício financeiro de 2020 não se verificou qualquer alteração nas políticas contabilísticas adoptadas nos períodos apresentados.

Nota 4 - Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras da Seguradora requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Seguradora. Na nota 2 é apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Seguradora.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Seguradora que levariam a resultados diferentes. No entanto, a Seguradora entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa da Seguradora em todos os aspectos materialmente relevantes.

As considerações efectuadas em seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não pretendem sugerir ou apresentar situações alternativas.

(i) Justo valor das propriedades de investimento

O justo valor das propriedades de investimento é baseado em avaliações efectuadas por avaliadores independentes, sendo considerados como os valores mais prováveis que os imóveis teriam numa transacção livre de mercado entre duas entidades prudentes e supondo um período razoável de exposição de mercado.

Para a sua determinação, são utilizados os modelos dos fluxos de caixa futuros descontados, ou quando possível, é aplicado o critério de comparação de mercado com base no qual se compara a propriedade com outras similares que tenham sido objecto de transacção em tempo suficientemente recente para se considerar que os valores atingidos são válidos em termos de mercado. Ver adicionalmente a Nota 17.

(ii) Provisões técnicas relativas a Contratos de seguro

Os custos com os sinistros ocorridos e participados à Seguradora, bem como o custo com aqueles que ainda não foram participados, mas já ocorreram, constituem estimativas cuja evolução é acompanhada e analisada pelos serviços da Seguradora.

Existem algumas fontes de incerteza que a Seguradora necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

O grau de incerteza é diferente entre os vários ramos de negócio e características dos riscos segurados. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada.

A constituição de responsabilidades por Contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da Seguradora e, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Seguradora elabora estimativas e pressupostos que permitem adequar as responsabilidades às possíveis perdas por Contratos de seguro.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Seguradora. A Seguradora procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos, mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos, mas não reportados adequadamente (IBNR), pelo método de taxa fixa tendo por base o referido no Decreto n.º 30/2011. Ver adicionalmente a Nota 20.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

As provisões para sinistros de acidentes de trabalho apresentam duas componentes:

- a) Provisões matemáticas, referentes a pensões;
- b) Outras provisões referentes a outras despesas que não pensões.

As provisões matemáticas das pensões não sujeitas a remição obrigatória, são determinadas de acordo com o estipulado no Despacho de 4 de junho de 2018, que aprova as bases técnicas aplicáveis ao cálculo do capital de remição das pensões de acidentes de trabalho e doenças profissionais e aos valores de caucionamento das restantes pensões, sendo que os pressupostos recorrem ao uso da tábua SA 85-90, com a taxa de desconto de 6% e com uma carga de gestão de pagamento das rendas de 0%. As pensões dos órfãos são calculadas até os mesmos perfazermos os 25 anos de idade.

As provisões das pensões de remição obrigatória são determinadas com as mesmas bases técnicas e também por precaução, considerámos o seu valor a 100% da provisão matemática.

As provisões matemáticas de acidentes de trabalho são determinadas pelos nossos actuários (ACTUARIADO – Estudos Económicos e Financeiros, Lda.), sendo que a provisão contabilizada nas contas esta de acordo com o relatório actuarial.

(iii) Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Seguradora com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações.

Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Seguradora sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuada pela Seguradora durante um período de cinco anos. Desta forma, poderão ocorrer correções à matéria colectável resultantes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. Ver adicionalmente a Nota 22.

(iv) Provisões

As provisões para responsabilidades não técnicas são constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a Seguradora é parte interessada, atendem à expectativa de perda da Administração sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos e são objecto de revisão anual.

Nota 5 - Relato por segmentos e afectação dos investimentos e outros activos

A Seguradora considera como segmento principal o segmento de negócio. Dentro do segmento de negócio inclui-se o ramo Não Vida que é dividido por sub-ramo. Os dados apresentados são divididos pelos sub-ramos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Transportes, e Outros Ramos (inclui os sub-ramos Marítimo, Responsabilidade Civil e Diversos).

No que concerne ao segmento geográfico, a totalidade dos Contratos são celebrados em Moçambique, pelo que existe apenas um segmento.

Relato por segmentos

Relato por segmentos de negócio dos ramos Não Vida – Resultado Técnico, em 31 de Dezembro de 2020

Balanc	Ramos Não Vida						Total 2020
	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Outros Ramos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	5,358,873	733,901	3,825,484	40,972,086	994,821	9,856,256	61,741,422
Empréstimos e contas a receber	11,234,019	1,538,507	8,019,513	85,891,410	2,085,484	20,662,062	129,430,994
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	517,481	70,869	369,409	3,956,483	96,065	951,773	5,962,081
Activos financeiros	28,814,428	3,946,156	20,569,458	220,305,116	5,349,111	52,996,660	331,980,930
Edifícios	20,456,575	2,801,542	14,603,124	156,403,876	3,797,559	37,624,560	235,687,237
Outros activos tangíveis e intangíveis	7,938,594	1,087,196	5,667,042	60,695,737	1,473,721	14,600,983	91,463,274
Provisões técnicas de resseguro cedido	9,500,420	2,540,761	(3,645,007)	12,259,422	1,926,063	36,483,271	59,064,930
Outros devedores e activos por impostos	12,526,933	1,715,572	8,942,472	95,776,583	2,325,500	23,040,041	144,327,102
Total do Activo	96,347,324	14,434,506	58,351,496	676,260,713	18,048,325	196,215,607	1,059,657,970
Provisões técnicas	110,175,393	9,107,275	29,185,752	306,487,088	8,995,916	108,944,516	572,895,940
Outros credores e passivos por impostos	13,073,363	1,790,406	9,332,547	99,954,398	2,426,939	24,045,058	150,622,711
Total Passivo	123,248,756	10,897,681	38,518,299	406,441,486	11,422,855	132,989,574	723,518,651

Relato por segmentos de negócio dos ramos Não Vida – Resultado Técnico, em 31 de Dezembro de 2019

<tbl



(cont.)

Balanço	Ramos Não Vida						
	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Outros Ramos	Total 2019
Provisões técnicas	85,201,460	1,570,239	53,991,864	266,058,772	3,074,389	62,527,934	472,424,658
Outros credores e passivos por impostos	8,330,788	232,992	5,558,849	51,774,710	932,379	14,979,416	81,809,131
Total Passivo	93,532,248	1,803,231	59,550,713	317,833,482	4,006,768	77,507,350	554,233,789

Relato por segmentos de negócio dos ramos Não Vida – Balanço, em 31 de Dezembro de 2020

Balanço	Ramos Não Vida						
	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Outros Ramos	Total 2020
Prémios Adquiridos, Seguro directo	93,167,080	4,717,027	67,554,153	664,134,394	15,580,686	165,473,655	1,010,626,995
Custos com Sinistro, Seguro directo	(79,350,243)	(1,030,406)	(91,752,071)	(362,967,484)	43,487	(132,210,906)	(667,267,623)
Outros Custos Técnicos	(80,951)	(11,086)	(57,788)	(618,924)	(15,028)	(148,888)	(932,665)
Margem Técnica, Seguro Directo	13,735,886	3,675,535	(24,255,706)	300,547,986	15,609,145	33,113,861	342,426,707
Resultado de Resseguro Cedido	54,170,713	(1,284,465)	3,424,548	34,713,507	(3,275,208)	37,951,554	125,700,649
Margem Técnica Líquida	67,906,599	2,391,070	(20,831,158)	335,261,493	12,333,937	71,065,415	468,127,356
Custos de Exploração	(32,836,506)	(2,446,144)	(12,278,628)	(247,857,375)	(1,791,762)	(41,608,400)	(338,818,815)
Resultado de Exploração	35,070,093	(55,074)	(33,109,786)	87,404,118	10,542,175	29,457,015	129,308,541
Resultado de Investimentos	2,523,409	345,583	1,801,360	19,293,110	468,446	4,641,156	29,073,063
Outos	(3,235,276)	(443,073)	(2,309,533)	(24,735,801)	(600,597)	(5,950,451)	(37,274,732)
Resultado Líquido	34,358,226	(152,565)	(33,617,959)	81,961,427	10,410,024	28,147,720	121,106,872

Relato por segmentos de negócio dos ramos Não Vida – Balanço, em 31 de Dezembro de 2020

Balanço	Ramos Não Vida						
	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Transportes	Outros Ramos	Total 2019
Prémios Adquiridos, Seguro directo	97,018,718	3,140,348	68,073,771	612,093,289	10,978,496	181,009,696	972,314,318
Custos com Sinistro, Seguro directo	(76,299,119)	(331,009)	(216,011,610)	(363,277,495)	(536,847)	(88,617,670)	(745,073,750)
Outros Custos Técnicos	(6,653)	(186)	(4,439)	(41,346)	(745)	(11,962)	(65,330)
Margem Técnica, Seguro Directo	20,712,946	2,809,153	(147,942,278)	248,774,448	10,440,904	92,380,064	227,175,237
Resultado de Resseguro Cedido	7,102,705	(815,890)	147,046,584	(9,201,760)	(2,332,332)	(45,720,184)	96,079,123
Margem Técnica Líquida	27,815,651	1,993,263	(895,694)	239,572,688	8,108,572	46,659,880	323,254,360
Custos de Exploração	(34,718,160)	(627,342)	(11,747,222)	(217,416,613)	(1,229,258)	(42,467,645)	(308,206,240)
Resultado de Exploração	(6,902,509)	1,365,921	(12,642,916)	22,156,075	6,879,314	4,192,235	15,048,120
Resultado de Investimentos	2,451,219	68,555	1,635,614	15,233,990	274,340	4,407,485	24,071,203
Outos	1,629,802	45,582	1,087,511	10,129,001	182,407	2,930,514	16,004,817
Resultado Líquido	(2,821,488)	1,480,058	(9,919,791)	47,519,066	7,336,060	11,530,234	55,124,140

Afectação dos investimentos e outros activos

Afectação dos investimentos e outros activos em 31 de Dezembro de 2020

Natureza dos investimentos e outros activos	Seguros dos ramos não vida			Total 2020
	Seguros dos ramos não vida	Não afectos	Total 2020	
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	61,741,422	-	61,741,422	
Empréstimos e contas a receber	129,430,994	-	129,430,994	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5,962,081	-	5,962,081	
Activos financeiros	331,980,930		331,980,930	
Edifícios	235,687,237	-	235,687,237	
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	-	91,463,274	91,463,274	
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	59,064,930	59,064,930	
Outros devedores e activos por impostos	-	135,513,909	135,513,909	
Acréscimos e diferimentos	-	8,813,193	8,813,193	
Total	764,802,664	294,855,306	1,059,657,970	
Provisões técnicas de seguro directo	(572,895,940)			(572,895,940)

Afectação dos investimentos e outros activos em 31 de Dezembro de 2019

Natureza dos investimentos e outros activos	Seguros dos ramos não vida			Total 2019
	Seguros dos ramos não vida	Não afectos	Total 2019	
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	29,424,130	-	29,424,130	
Empréstimos e contas a receber	141,808,561	-	141,808,561	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5,962,081	-	5,962,081	
Activos financeiros	293,947,121	-	293,947,121	
Edifícios	43,179,468	-	43,179,468	
Outros activos tangíveis e intangíveis e inventários	-	38,605,271	38,605,271	
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	76,132,692	76,132,692	
Outros devedores e activos por impostos	-	138,455,670	138,455,670	
Acréscimos e diferimentos	-	1,751,245	1,751,242	
Total	514,321,361	254,944,878	769,266,239	
Provisões técnicas de seguro directo	(472,424,658)			(472,424,658)

Nota 6 - Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro, em 2020 e 2019, são analisados como se segue:

Descrição	2020		2019		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido
Prémios brutos emitidos	1,019,558,902	(127,409,866)	892,149,036	1,022,791,944</	



Nota 8 – Custos de exploração, líquidos

Nos exercícios de 2020 e 2019, os custos de exploração líquidos apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Custos de aquisição	(226,510,337)	(223,131,517)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(3,113,266)	6,493,619
Custos administrativos	(145,332,393)	(132,449,518)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	36,137,181	40,881,176
Total	(338,818,815)	(308,206,240)

No exercício de 2020, os custos de aquisição, custos de aquisição diferidos (variação), custos administrativos e comissões e participação nos resultados de resseguro, apresentam a seguinte decomposição:

Custos de exploração, líquidos	2020				
	Custos de aquisição		Custos administrativos		Comissões e participação nos resultados de resseguro
	Custos imputados (ver nota 14)	Comissões de mediação	Custos imputados (ver nota 14)	Comissões de mediação	-
RAMO NÃO VIDA	(80,740,218)	(145,770,119)	(3,113,266)	(145,332,393)	- 36,137,181
Acidentes de trabalho	(7,007,882)	(12,089,239)	(1,125,197)	(12,614,188)	-
Acidentes pessoais e doença	(959,734)	(225,338)	(835,991)	(1,727,522)	- 1,302,441
Incêndio e outros danos	(5,002,644)	(10,510,259)	134,529	(9,004,760)	- 12,104,506
Automóvel	(53,579,836)	(95,803,212)	(1,888,906)	(96,443,702)	- (141,720)
Marítimo	(535,968)	(1,107,638)	(97,867)	(964,743)	- 914,454
Aéreo	-	-	-	-	-
Transportes	(1,300,943)	(2,659,446)	120,369	(2,341,698)	- 334,065
Responsabilidade Civil	(1,460,895)	(2,816,681)	(123,843)	(2,629,612)	- 2,769,890
Diversos	(10,892,316)	(20,558,306)	703,640	(19,606,169)	- 18,853,545
Total	(80,740,218)	(145,770,119)	(3,113,266)	(145,332,393)	- 36,137,181

No exercício de 2019, os custos de aquisição, custos de aquisição diferidos (variação), custos administrativos e comissões e participação nos resultados de resseguro, apresentam a seguinte decomposição:

Custos de exploração, líquidos	2019				
	Custos de aquisição		Custos administrativos		Comissões e participação nos resultados de resseguro
	Custos imputados (ver nota 14)	Comissões de mediação	Custos imputados (ver nota 14)	Comissões de mediação	-
RAMO NÃO VIDA	(73,583,067)	(149,548,450)	6,493,619	(132,449,519)	- 40,881,176
Acidentes de trabalho	(7,493,111)	(15,105,440)	1,311,707	(13,487,599)	- 56,283
Acidentes pessoais e doença	(209,565)	(317,595)	135,962	(377,216)	- 141,072
Incêndio e outros danos	(4,999,896)	(11,426,162)	(242,286)	(8,999,812)	- 13,920,934
Automóvel	(46,568,662)	(92,241,799)	4,927,167	(83,823,591)	- 290,274
Marítimo	(367,621)	(848,963)	118,312	(661,718)	- 530,732
Aéreo	-	-	-	-	-
Transportes	(838,626)	(1,939,538)	95,713	(1,509,527)	- 500,614
Responsabilidade Civil	(1,391,603)	(2,769,815)	(41,224)	(2,504,885)	- 2,660,905
Diversos	(11,713,983)	(24,899,137)	188,267	(21,085,169)	- 22,780,363
Total	(73,583,067)	(149,548,450)	6,493,619	(132,449,518)	- 40,881,176

Nota 9 – Rendimentos

Nos exercícios de 2020 e 2019, os rendimentos por categoria dos activos financeiros são analisados como se segue:

Descrição	2020			2019		
	Afectos	Não afectos	Total	Afectos	Não afectos	Total
RENDIMENTOS	31,764,405	-	31,764,405	26,523,972	-	26,523,972
Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
de empréstimos concedidos e contas a receber - Depósitos a prazo	9,775,202	-	9,775,202	11,191,779	-	11,191,779
de investimentos financeiros - Bilhetes de tesouro	21,989,203	-	21,989,203	15,332,193	-	15,332,193
Outros	-	-	-	-	-	-
de edifícios de rendimento (rendas)	-	-	-	-	-	-

Nota 10 – Custos financeiros

Nos exercícios de 2020 e 2019, os custos financeiros são analisados como se segue:

Descrição	Custos financeiros imputados (Ver nota 14)		
	2020	2019	
RAMO NÃO VIDA	(2,691,342)	(2,452,770)	
Acidentes de trabalho	(233,596)	(249,770)	
Acidentes pessoais e doença	(31,991)	(6,985)	
Incêndio e outros danos	(166,755)	(166,663)	
Automóvel	(1,785,995)	(1,552,290)	
Marítimo	(17,866)	(12,254)	
Aéreo	-	-	
Transportes	(43,365)	(27,954)	
Responsabilidade Civil	(48,697)	(46,387)	
Diversos	(363,077)	(390,466)	
Total	(2,691,342)	(2,452,769)	

Nota 11 – Diferenças de câmbio

Os valores do exercício de 2020 e 2019, constantes na rubrica Diferenças de câmbio, em Ganhos e Perdas, são relativos a diferenças cambiais resultantes essencialmente da revalorização cambial dos saldos em moeda externa de Caixa e seus equivalentes, Depósitos à ordem, Outros devedores e credores por operações de seguro e outras operações e Provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido.

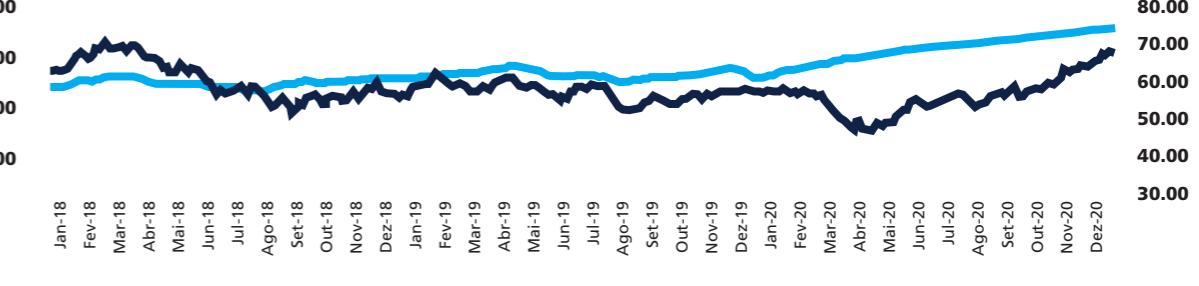
Descrição	2020			2019		
	DIFERENÇAS CÂMBIAIS FAVORAVEIS	DIFERENÇAS CÂMBIAIS DESFAVORAVEIS	Total	DIFERENÇAS CÂMBIAIS FAVORAVEIS	DIFERENÇAS CÂMBIAIS DESFAVORAVEIS	Total
Diferenças cambiais realizadas	3,692,639	(6,628,586)	16,566,598	6,408,087	(4,479,080)	27,334,381
Diferenças cambiais não realizadas	24,392,595	(4,890,050)	28,085,234	40,675,794	(15,270,420)	47,083,881
		(11,518,636)		(19,749,500)		
Total			16,566,598			27,334,381

A cotação das moedas externas em cada data de relato é apresentada de seguida:

Cotação de moeda	2020	2019
EUR	92.05	68.9
USD	74.89	61.46
ZAR	5.10	4.35

Durante o exercício financeiro de 2020, verificou-se uma desvalorização acentuada do metical face ao dólar americano, sendo que a 31 de Dezembro de 2020 o metical já tinha depreciado 28.86% face ao igual período de 2019. Tendo o rand sul africano acompanhado a mesma tendência de valorização face ao metical, onde se registou uma depreciação em 31 de Dezembro 2020 de 17.24% comparativamente ao igual período de 2019.

Cotação Cambial USD e ZAR Vs MNZ



Nota 12 – Outros rendimentos /gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro



Durante o exercício de 2020, a Companhia de Seguros Índico, S.A. contou com cerca de 75 trabalhadores ao seu serviço (2019: 35 trabalhadores), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro seguinte.

O crescimento acima mencionado, corresponde a um aumento de 114%, decorrente da alteração ocorrida no regime de franquia anteriormente em vigor, assim como pelas novas admissões com vista a assegurar a prestação de serviços de qualidade e foco no cliente.

Número médio de trabalhadores por categoria profissional	2020	2019
Dirigentes executivos	3	3
Quadros superiores	66	24
Quadros médios	5	7
Outros	1	1
Total	75	35

Nota 15 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, reconciliando as quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com as correspondentes verbas relatadas no balanço, é analisada como segue:

Descrição	2020	2019
Caixa	75,726	35,489
Depositos a ordem	61,665,696	29,388,641
Total	61,741,422	29,424,130

Nota 16 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2020, a Seguradora detinha 45% do capital social de uma entidade que iniciou as suas actividades em Março de 2015. A Seguradora não detém o poder directo de gerir a política financeira e operacional desta sociedade, por forma a obter benefícios das suas actividades mesmo detendo 45% do capital Social desta Sociedade.

Descrição	2020	2019
Perfect Panel Beaters, S.A.	5,962,081	5,962,081
Total	5,962,081	5,962,081

Nota 17 – Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial do justo valor através de ganhos e perdas

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Companhia de Seguros Índico, S.A., detinha activos financeiros classificados no reconhecimento incial do justo valor através de ganhos e perdas, decompostos da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
INSTRUMENTOS DE DIVIDA	321,748,017	275,815,652
Emitidos por Entidades Nacionais	321,748,017	275,815,652
Obrigações do Tesouro	-	-
Bilhetes do Tesouro	321,748,017	275,815,652
Emitidos por Entidades Estrangeiras	-	-
Obrigações do Tesouro	-	-
Bilhetes do Tesouro	-	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL	10,232,913	18,131,469
Emitidos por Entidades Nacionais	10,232,913	18,131,469
Outros	10,232,913	18,131,469
Emitidos por Entidades Estrangeiras	-	-
Outros	-	-
Total	331,980,930	293,947,121

Os Instrumentos de Dívida, correspondem a Obrigações do Tesouro Nacional e Obrigações do Tesouro do Tipo B emitidas pelo Banco Central, e destinados as instituições financeiras não monetárias. Sendo que os mesmos apresentam a seguinte maturidade:

Descrição	2020	2019
Maturidade de 1 Mês	-	30,553,950
Maturidade superior a 1 Mês < 6 meses	151,679,301	140,665,822
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	170,068,716	104,595,880
Maturidade superior a 12 meses	-	-
Total	321,748,017	275,815,652

Os Instrumentos de capital correspondem a 54,854 acções das Cervejas de Moçambique, S.A. (CDM), adquiridas na Bolsa de Valores de Moçambique, cujo justo valor em 31 de Dezembro de 2020 era de 60.00 meticais por acção. E por acções da Hidroelétrica Cahora Bassa, S.A. (HCB), adquiridas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição de acções da HCB durante o ano de 2019, onde procedemos a subscrição e aquisição de 2,313,891 acções, cujo justo valor em 31 de Dezembro 2020 era de 3.00 meticais por acções.

Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Nos exercícios de 2020 e 2019, os Empréstimos e contas a receber apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Depósitos a Prazo em MZN - Capital	128,804,859	140,093,041
Depósitos a Prazo em MZN - Juros a receber	626,135	1,715,520
Total	129,430,994	141,808,561

Detalhe dos depósitos a prazo em 31 de Dezembro de 2020:

Banco	Moeda	Taxa juro	Data inicio	Data termo	Montante (Moeda Original)	Montante (em MZN)
Banco Comercial de Investimentos - BCI	MZN	6.25%	Nov 8, 20	Nov 7, 21	1,100,000	1,100,000
Banco Comercial de Investimentos - BCI	MZN	8.00%	Dec 22, 20	Dec 22, 21	4,000,000	4,000,000
Banco Comercial de Investimentos - BCI	ZAR	1.51%	Oct 15, 20	Apr 13, 21	880,665	4,447,359
Banco Comercial de Investimentos - BCI	MZN	8.00%	Feb 14, 20	Feb 13, 21	5,900,000	5,900,000
Banco Comercial de Investimentos - BCI	MZN	6.25%	Sep 9, 20	Sep 9, 21	5,500,000	5,500,000
Banco Comercial de Investimentos - BCI	MZN	5.75%	Dec 31, 20	Jun 30, 21	30,000,000	30,000,000
Banco Comercial de Investimentos - BCI	USD	1.25%	Dec 31, 20	Jan 21, 21	150,000	11,122,500
Banco Comercial de Investimentos - BCI	USD	1.25%	Dec 4, 20	Jun 3, 21	900,000	66,735,000
Total MZN						128,804,859

Nota 19 – Edifícios

Edifícios de rendimento (propriedades de investimento)

A Seguradora com referência a 31 de Dezembro 2020 propriedades de investimento avaliadas em cerca de 235,69 milhões de meticais, abaixo discriminadas:

- 1) Edifício de Rendimento 1: adquirido em Junho de 2013 e o justo valor a 31 de Dezembro de 2020, conforme avaliação independente feita pela empresa Arkimoz, é de cerca de 49,554,765 meticais, o que corresponde a uma variação positiva do seu justo valor em cerca de 6,375,297 meticais devidamente reflectido nas contas. Este imóvel encontra-se registado na Conservatória do Registo Predial de Maputo, sob o número cinquenta e oito mil quinhentos e trinta, a folhas cento e oitenta e sete verso do livro B barra cento e noventa e sete, e está inscrito na mesma Conservatória, sob o número setenta e quatro mil seiscentos sessenta e quatro, a folhas setenta e oito do livro G noventa e oito, conforme consta da Certidão Predial datada de 13 de Junho de 2013.
- 2) Edifício de Rendimento 2: adquirido em Março de 2020 e o justo valor a 31 de Dezembro 2020, conforme avaliação independente feita pela empresa arkimoz, é de cerca de 186,132,472 meticais, sendo que para o período em análise foi registada uma variação negativa do seu justo valor em cerca de 1,555,798 meticais devidamente reflectido nas contas. Este imóvel encontra-se registado na Conservatória do Registo Predial de Maputo, sob o número dez mil duzentos e quarenta e um, livro B número 28 a folhas cento e onze.

Os movimentos nos edifícios de investimento ocorridos durante o ano de 2020 são como segue:

Descrição	Valor bruto 2019	Adições			Revalorização por contra-partida de resultados	Valor bruto 2020
		Aquisições	Benfeitorias	Alienações e abatimentos		
Edifícios de rendimento 1	43,179,468	-	-	-	6,375,297	49,554,765
Edifícios de rendimento 2	-	187,688,270	-	-	(1,555,798)	186,132,472
Total MZN	43,179,468	187,688,270	-	-	4,819,499	235,687,237

Nota 20 – Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis da Seguradora encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. A evolução durante 2020 foi como segue:

Descrição	Equipamento administrativo	Equipamento informático	Instalações interiores	Equipamento de transporte	Obras em edifícios arrendados	Outro Equipamento	Outros Activos Tangíveis em Curso	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2020								
Ao custo	17,949,401	19,181,267	1,189,823	70,331,767	27,174,620	5,467,711	12,053,597	153,348,186
Transferências	-	-	-	-	679,568	-	-	(679,568)
Depreciação acumulada	(8,610,853)	(10,514,991)	(1,189,823)	(31,558,388)	(22,711,085)	(471		



A respectiva evolução durante 2019 foi como segue:

Descrição	Despesas de desenvolvimento	Despesas com aplicações informáticas	Outros Intangíveis em Curso	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2019				
Ao custo	71,093	2,713,933	1,421,833	4,206,859
Transferências	-	585,000	(585,000)	-
Depreciação acumulada	(71,093)	(2,474,107)	-	(2,545,200)
VALOR CONTABILÍSTICO	824,826	836,833	1,661,659	
MOVIMENTO EM OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS				
A 1 de Janeiro de 2019	-	371,827	585,000	956,827
Adições	-	916,396	836,833	1,753,229
Alienações	-	-	-	-
Transferências	-	585,000	(585,000)	-
Depreciação do exercício	-	(1,048,397)	-	(1,048,397)
A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	824,826	836,833	1,661,659	

Nota 22 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido	2020			2019		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	296,584,747	20,046,387	276,538,360	283,238,641	23,296,800	259,941,841
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros						
Do ramo vida	-	-	-	-	-	-
Do ramo não vida	275,477,693	39,018,543	236,459,150	186,769,413	52,835,892	133,933,521
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	833,500	-	833,500	2,416,604	-	2,416,604
Total	572,895,940	59,064,930	513,831,010	472,424,658	76,132,692	396,291,966

As provisões para prémios não adquiridos são analisadas como segue:

Provisão para prémios não adquiridos	2020			2019		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Líquido
RAMO NÃO VIDA						
Acidentes de trabalho	25,357,916	-	25,357,916	28,906,745	-	28,906,745
Acidentes pessoais e doença	8,960,653	2,474,510	6,486,143	1,564,376	273,735	1,290,641
Incêndio e outros danos	10,440,060	4,642,314	5,797,746	13,931,767	6,929,521	7,002,246
Automóvel	203,389,154	416,539	202,972,615	189,140,122	138,539	189,001,583
Marítimo	892,111	214,749	677,362	1,176,744	93,904	1,082,840
Aéreo	-	-	-	-	-	-
Transportes	2,723,990	98,467	2,625,523	1,999,991	110,636	1,889,355
Responsabilidade Civil	4,906,227	2,087,479	2,818,748	5,388,008	1,955,468	3,432,540
Diversos	39,914,636	10,112,329	29,802,307	41,130,888	13,794,997	27,335,891
Total	296,584,747	20,046,387	276,538,360	283,238,641	23,296,800	259,941,841

As provisões para sinistros são analisadas como segue:

Provisão para sinistros	2020			2019		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Líquido
RAMO NÃO VIDA						
Acidentes de trabalho	84,817,477	9,500,420	75,317,057	55,203,619	7,168,195	48,035,424
Acidentes pessoais e doença	146,622	66,251	80,371	5,863	-	5,863
Incêndio e outros danos	17,912,192	(8,287,321)	26,199,513	38,734,589	32,104,383	6,630,206
Automóvel	103,097,934	11,842,883	91,255,051	76,918,650	6,230,238	70,688,412
Marítimo	(444)	(113)	(331)	312,907	-	312,907
Aéreo	-	-	-	-	-	-
Transportes	6,271,926	1,827,596	4,444,330	1,074,398	4,889	1,069,509
Responsabilidade Civil	1,541,226	84,324	1,456,902	1,258,365	294	1,258,071
Diversos	61,690,760	23,984,503	37,706,257	13,261,022	7,327,893	5,933,129
Total	275,477,693	39,018,543	236,459,150	186,769,413	52,835,892	133,933,521

As provisões para riscos em curso são analisadas como segue:

Provisão para riscos em curso	2020			2019		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Líquido
RAMO NÃO VIDA						
Acidentes de trabalho	-	-	-	1,091,096	-	1,091,096
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	833,500	-	833,500	1,325,508	-	1,325,508
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo	-	-	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-	-	-
Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	833,500	-	833,500	2,416,604	-	2,416,604

Nota 23 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO		
Tomadores de seguros	16,412,431	17,462,330
Mediadores de seguros	26,048,061	49,305,689
Co-seguradoras	42,460,492	66,768,019
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(4,500,000)	(14,500,000)
	37,960,492	52,268,019
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE RESSEGURAMENTO		
Outros resseguradores	-	-

(cont.)

Descrição	2020	2019
-----------	------	------



As declarações de autoliquidação da Seguradora ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de cinco anos, contudo, é convicção da Administração da Seguradora que não existirão correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Nota 25 – Acréscimos e diferimentos

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS		
Rendas e alugueres	1,082,684	1,185,635
Outros acréscimos e diferimentos	7,730,509	565,607
	8,813,193	1,751,242
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS		
Remunerações e encargos a liquidar	-	-
Outros acréscimos e diferimentos	2,515,762	-
	2,515,762	-

Nota 26 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Nos exercícios de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO		
Tomadores de seguros	-	-
Mediadores de seguros	5,915,415	11,149,573
Co-seguradoras	-	-
	5,915,415	11,149,573
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
Outros resseguradores	14,563,943	18,101,004
	14,563,943	18,101,004
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Credores Sócios	-	-
Leasings mobiliários	25,365,242	1,970,441
Banco Comercial de Investimentos, S.A.	20,115,717	1,970,441
Banco Unico, S.A.	5,249,525	-
Ignite Software Limited	1,662,347	469,354
Chegus Infotech	10,588,200	-
Remunerações a liquidar	-	-
Outros credores	9,314,857	1,782,882
	46,930,646	4,222,677
Total	67,410,004	33,473,254

Nota 27 – Capital, reservas, outras reservas, resultados transitados e resultado do exercício

O Capital Social da Índico, em 31 de Dezembro de 2020 é de 200.000.000 de meticais, e representado por 200.000 acções de valor nominal igual a 1.000 MNZ.

Descrição	2020	2019
Nº acções em 1 de Janeiro	135,000	135,000
Aumento de capital realizado	65,000	-
Nº acções em 31 de Dezembro	200,000	135,000

A realização do Capital Social encontra-se detalhada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Capital social	200,000	135,000
Capital realizado	200,000	135,000
Capital a realizar	-	-

Nos exercícios em análise, a estrutura accionista da Índico é detalhada da seguinte forma:

Descrição	Número de acções		% participação social	
	2020	2019	2020	2019
Índico Capitais e Investimentos, S.A.	160,000	108,000	80,00%	80%
Capital Corporate Investments, S.A.	18,000	12,150	9,00%	9%
Vinci - Consultoria e Servicos, S.A.	12,000	8,100	6,00%	6%
Activa - Gestao de Risco, S.A.	10,000	6,750	5,00%	5%
Total	200,000	135,000	100%	100%

A aplicação do resultado líquido dos exercícios de 2020 e 2019 foi efectuada como segue:

Aplicação do Resultado Líquido Exercício	2020	2019
Resultado do exercício	121,106,872	55,124,140
APLICAÇÃO:		
Fundo Reserva Legal	24,221,374	2,756,207
Reservas Livres	-	-
Resultados Transitados	96,885,498	52,367,933
Dividendos	-	-

Descrição da natureza e da finalidade de cada reserva do capital próprio:

Outras Reservas

Em 31 de Dezembro de 2020, a Seguradora tinha Outras Reservas. Estas, devem incluir as Reservas Livres, que resultam de resultados positivos não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas, e a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Nos termos da legislação Moçambicana em vigor, a reserva legal é constituída na base das seguintes percentagens mínimas dos lucros apurados em cada exercício:

Descrição	2020	2019
Outras Reservas	10,045,037	7,288,830
Total	10,045,037	7,288,830

(i) 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade dos capitais mínimos estabelecidos nos termos do artigo 15 do Regime Jurídico dos Seguros; e

(ii) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até que aquela reserva represente um valor igual ao capital social.

Resultados transitados

Os resultados transitados registados na Seguradora resultam da acumulação de resultados de exercícios anteriores, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Descrição	2020	2019
Resultados Transitados	17,619,477	(24,500,490)
Aumento de Capital Social	(65,000,000)	-
Resultado Líquido do Período	52,367,933	42,119,967
Saldo a 31 de Dezembro	4,987,410	17,619,477

Resultado do exercício

O resultado por acção de 2020 é de 605.53 meticais, o qual comparado com o resultado positivo de 2019 que foi de 408.33 meticais por acção, o que representa uma valorização das acções em cerca de 48% comparativamente ao período homólogo.

Nota 28 – Transacções entre partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia as entidades sob controlo ou influência significativa, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Para além dos membros dos órgãos sociais atrás referidos são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhe são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exerçam influência significativa.

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes, estratificadas por tipo de entidade:

- a) Subsidiária (serviço de bate chapa e pintura)
- b) Outras entidades relacionadas (gestão de sinistros automóvel, peritagens, vistorias e averiguações).

A empresa mãe do Grupo ao qual pertence a Índico é a Índico Capitais e Investimentos, S.A. A análise das transacções e saldos com partes relacionadas em 2020 é como segue:

Descrição	2020	Ativo	Pasivo	Custo	Proveito
Perfect Painel Beaters	9,362,403	-	45,719,329	-	-
Índico Capitais e Investimentos, S.A.	-	-	-	-	-
Capital Corporate Investments, S.A.	-	-	-	-	-
Activa - Gestao de Risco, S.A.	-	-	13,365,556	-	-
Vinci - Consultoria e Servicos, S.A.	-	-	-	-	-
Total	9,362,403	-	59,084,885	-	-

Nota 29 – Gestão de riscos de actividade

A gestão dos riscos a que a Índico se encontra exposta é assumida como um dos pilares da Seguradora no suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável. Assim sendo, um dos principais objectivos da Índico é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, acionistas, reguladores e restantes partes interessadas.

As transacções da Índico que estão relacionadas com a actividade Seguradora estão sujeitas a supervisão pelo órgão regulador, o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), que determina, entre outros aspectos, a natureza e a concentração dos investimentos afectos às provisões técnicas.

Os principais riscos são os seguintes:

Risco específico de seguros	Risco de investimento	Risco operacional	
	Risco específico dos ramos Não Vida	Risco de crédito	Risco evento
		Risco de mercado	
		Risco de liquidez	
		Risco de câmbio	

<h



Os custos com sinistros por ramo são analisados como segue:

	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
RAMO NÃO VIDA				
Acidentes de trabalho	(25,104,338)	(3,503,941)	(50,741,964)	(79,350,243)
Acidentes pessoais e doença	(409,780)	(479,867)	(140,759)	(1,030,406)
Incêndio e outros danos	(110,073,146)	(2,501,322)	20,822,397	(91,752,071)
Automóvel	(331,126,389)	(26,789,917)	(5,051,178)	(362,967,484)
Marítimo	(1,880)	(267,984)	313,351	43,487
Aéreo	-	-	-	-
Transportes	(5,730,962)	(650,472)	(5,197,528)	(11,578,962)
Responsabilidade Civil	(2,693,461)	(730,448)	(282,861)	(3,706,770)
Diversos	(63,049,278)	(5,446,158)	(48,429,738)	(116,925,174)
Total	(538,189,234)	(40,370,109)	(88,708,280)	(667,267,623)

2) Risco de investimentos

O risco de investimentos é composto por quatro riscos: crédito, mercado, liquidez e câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Indico incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações.

As principais áreas em que a Seguradora se encontra exposta ao risco de crédito são:

- (i) Parte dos resseguradores nas responsabilidades por Contratos de seguro;
- (ii) Parte dos resseguradores nos custos com sinistros;
- (iii) Valores a receber de tomadores de seguro por Contratos de seguro;
- (iv) Valores a receber de mediadores de seguro; e
- (v) Risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

A Indico mitiga o risco de crédito através da exposição do risco a mais do que uma entidade. Anualmente a Seguradora procede à revisão dos riscos a que se encontra exposta.

Apesar do recurso ao resseguro representar uma forma da Seguradora gerir os riscos a que está exposta, a Indico será sempre o primeiro responsável por cobrir as responsabilidades assumidas perante terceiros. Se um ressegurador não efectuar, por qualquer razão, o pagamento de um sinistro, a Seguradora continua a indemnizar o segurado pela perda ocorrida. Aquando da renovação dos tratados de resseguro analisa-se o risco das contrapartes.

O risco de crédito associado a instrumentos de dívida que a Seguradora possa vir a deter, irá ser reduzido uma vez que as políticas de investimento da empresa determinam que os investimentos deverão estar direcionados para as maiores empresas de Moçambique.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber é reduzido uma vez que os depósitos a prazo estão contratualizados com entidades com boa qualidade creditícia.

Carteira de investimentos	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos e contas a receber				
Outros depósitos - Depósitos a prazo	129,430,994	18%	141,808,561	29%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5,962,081	1%	5,962,081	1%
Investimentos detidos até a maturidade	331,980,930	47%	293,947,121	61%
Edifícios de rendimento	235,687,237	34%	43,179,468	9%
Total	703,061,242	100%	484,897,231	100%

Risco de mercado

A Indico encontra-se exposta a riscos financeiros decorrentes dos seus activos financeiros e dos activos por operações de resseguro. Em particular, o principal risco financeiro que a Seguradora enfrenta é o de que os seus activos financeiros não sejam suficientes para cobrir as responsabilidades assumidas pela Seguradora aquando da aceitação do risco de seguro junto dos tomadores. As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro e os riscos de crédito.

Risco de liquidez

A Seguradora encontra-se exposta ao risco de liquidez através das solicitações diárias das suas disponibilidades, principalmente para fazer face aos sinistros por si segurados. O risco de liquidez é o risco da Indico não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos e para limitar este risco a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implicado a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Seguradora. Desta forma, a Seguradora avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através da experiência adquirida.

O detalhe da carteira de investimentos por maturidades apresenta-se como segue:

2020	Maturidade					Total
	<1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	
Depósitos a prazo	11,122,500	-	117,682,359	-	-	128,804,859
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	10,232,913
Investimentos a deter até a maturidade	-	-	321,748,017	-	-	321,748,017
Edifícios de rendimento	-	-	-	-	-	235,687,237
Total	11,122,500,00	-	439,430,376	-	-	696,473,026

Risco de câmbio

A Seguradora assume exposição aos efeitos de flutuações nas taxas de câmbio vigentes em moeda estrangeira sobre sua posição financeira e fluxos de caixa. A tabela abaixo resume a exposição da Seguradora ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020. Estão incluídos na tabela os instrumentos financeiros da Seguradora por valores contabilísticos, categorizados por moeda.

Activo	MZN	USD	ZAR	Total
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS A ORDEM				
	51,511,257	8,204,585	2,025,580	61,741,422
EMPRESTIMOS E CONTAS A RECEBER				
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial do justo valor através de ganhos e perdas	331,980,930	-	-	331,980,930
Outros Depósitos	47,047,422	77,921,874	4,461,698	129,430,994
PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURAMENTO CEDIDO				
Provisão para prémios não adquiridos - Resseguro	17,169,434	2,876,953	-	20,046,387
Provisão para sinistros	28,896,342	10,122,201	-	39,018,543
OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES				
Contas a receber por operações de seguro directo	33,714,689	4,234,188	11,615	37,960,492
Total dos Activos Sujeitos ao Risco Cambial	510,320,074	103,359,801	6,498,893	620,178,768

Passivo	MZN	USD	ZAR	Total
PROVISÕES TÉCNICAS				
Provisão para prémios não adquiridos	523,444,523	49,220,287	231,130	572,895,940
Provisão matemática do ramo vida	284,508,897	11,908,901	166,949	296,584,747
Provisão para sinistros	238,102,126	37,311,386	64,181	275,477,693
Do ramo vida	-	-	-	-
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	84,817,477	-	-	84,817,477
De outros ramos	153,284,649	37,311,386	64,181	190,660,216
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	833,500	-	-	833,500
Outras provisões técnicas	-	-	-	-
OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES				
Contas a pagar por operações de seguro directo	5,241,446	653,513	20,456	5,915,415
Contas a pagar por outras operações de resseguro	7,465,773	7,098,170	-	14,563,943
Total dos Passivos Sujeitos ao Risco Cambial	536,151,742	56,971,970	251,586	593,375,298
GAP do Risco Cambial	(25,831,668)	46,387,831	6,247,307	26,803,470

Risco de Taxa de Juro

Há uma exposição ao risco de taxa de juro associada aos efeitos das flutuações nos níveis prevalecentes de taxas de mercado sobre a posição financeira e fluxos de caixa. O dinheiro é gerido para garantir que os fundos excedentes são investidos de forma a alcançar o máximo retorno possível, minimizando desta forma os riscos.

A tabela abaixo resume a exposição ao risco de taxa de juro através do agrupamento de activos e passivos, categorizados pela primeira data, da re-fixação contratual de juros ou maturidade.

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco taxa de juro	Total
ACTIVOS FINANCEIROS						
Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem	61,741,422	-	-	-	-	61,741,422
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial do justo valor através de ganhos e perdas	10,232,913	-	321,748,017	-	-	331,980,930
Emprestimos e contas a receber						
Outros Depósitos	11,122,881	118,308,113	-	-	-	129,430,994



8. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Índico SA que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, e a Conta de ganhos e perdas, e Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as normas emanadas pelo Instituto Supervisão de Seguro de Moçambique.

Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materialmente relevantes, quer devidas por fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz, bem como a conformidade com as leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os administradores fizeram uma avaliação para determinar se a empresa tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade poder continuar a operar segundo esse princípio, no próximo ano.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as normas emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Índico SA conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Março de 2021 e vão assinadas em seu nome, por:

Dr. Ruben Fernando Chivale
Administrador Delegado

Dr. Olivio Manuel Melembé
Administrador do Pelouro de
Administração e Finanças

9. RELATÓRIO DOS AUDITORES



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, N° 72C
Maputo, Moçambique

Telephone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-information@kpmg.com
Web: www.kpmg.com/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas da Companhia de Seguros Índico, SA

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Índico, SA ("a Seguradora") constantes das páginas 23 a 68, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, e a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira da Companhia de Seguros Índico, SA em 31 de Dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as normas emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

Base de opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria das Demonstrações Financeiras na secção do nosso relatório. Somos independentes da Seguradora de acordo com o Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilidade (Código IESBA) juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para a nossa opinião de auditoria.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade dos Administradores, mas não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parece conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, membro da KPMG International Cooperative B.V., a KPMG Auditores e Consultores, SA, a Moçambique Deloitte Auditores e Consultores, SA, e a membro do KPMG International e da rede de consultores

10. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No. 5918
Rua das Nações Unidas, 833
Predio JAT V 1 3 Andar
Tel: +258 21320955
Fax: +258 20600100
mailto: contactdeloitte@deloitte.co.mz
www.deloitte.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da Companhia de Seguros Índico, S.A.

Na qualidade de fiscal único da Companhia de Seguros Índico, S.A., uma sociedade anónima de direito moçambicano, com o capital social de 200 000 000 MZN (Duzentos milhões Meticais), matriculada na Conservatória de Registo das Entidades Legais sob o n.º 100234963, (um, zero, zero, dois, três, quatro, nove, seis, três), e titular do número único de identificação tributária (NUIT) 400316341, cumpre dar o parecer sobre o balanço e contas da referida sociedade referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, bem como sobre o relatório da administração da sociedade referente ao mesmo exercício, documentos estes que nos foram apresentados pela respectiva administração.

Relatório

O Fiscal Único e signatário do presente parecer, acompanhou com regularidade e extensão considerada razoável para as circunstâncias, a evolução da seguradora e procedeu aos exames, apreciações, verificações da regularidade dos seus registos e observância das normas e regulamentos aplicáveis com base na informação prestada pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira e de gestão do risco, bem como a informação fornecida pelos Auditores Externos, tendo, sempre que solicitado, merecida a colaboração do Conselho de Administração da Seguradora.

O fiscal único efectuou reuniões com a administração e demais direcções da Seguradora de modo a acompanhar as respectivas actividades e avaliar a adequacidade e eficácia dos sistemas de controlo interno da Seguradora.

O Fiscal Único examinou o Balanço e a Conta de Ganhos e Perdas da Seguradora referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, e concluiu que os mesmos apresentam-se de forma apropriada e satisfazem os requisitos legais, assim como contêm as menções obrigatórias, deles contando todos os elementos indispensáveis.

Making an Impact That Matters since 1845

Pág. 1 de 2

Directors: Bothe M. Jarvis, J. Machado
Associate of Deloitte Africa, a Member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited



Responsabilidade da Administração em relação às demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as normas emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Seguradora em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam efectuar a dissolução da Seguradora e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos são obter uma garantia de fiabilidade sobre as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria que inclua a nossa opinião sobre a União de fiabilidade e um nível relevante de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o scepticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhemos e implementemos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtenham evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluímos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência obtida, se existem factos que levantam怀疑, que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Seguradora de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso talas divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que a Seguradora deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.

O activo total líquido da seguradora e os seus capitais próprios, foram calculados conforme as regras establecidas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique e demais regulamentos aplicáveis à actividade seguradora, totalizando respetivamente 1.059.657.970 Meticais (Um bilhão, cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e três mil, trezentos e dezasseis Meticais) o que representa um crescimento de 37,7% nos activos líquidos e 56,3% nos capitais próprios.

Os resultados líquidos da Seguradora atingiram 121.106.872 Meticais (Centro e vinte e um milhões, cento e seis mil, oitocentos e setenta e dois Meticais) notando-se um crescimento de 119,7% comparativamente ao ano anterior.

O Fiscal Único apreciou, de igual modo, o Relatório do Auditor Externo, KPMG Auditores e Consultores, S.A. relativo às demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Índico, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceram a sua concordância.

Parecer

Face ao exposto acima, o fiscal único considera que as demonstrações financeiras e o relatório do Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro 2020, estão em conformidade com as normas emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique e demais disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que é de parecer favorável à:

- Aprovação do relatório e contas da Assembleia Geral dos Acionistas;
- Aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2020 no montante de 121.106.872 Meticais para o reforço da reserva legal e transferência para resultados transitados.

Maputo, 15 de Março de 2021

(Assinado por Zacaria Fakir em representação da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda)

Na qualidade de Fiscal Único da Companhia de Seguros Índico, S.A.

Pág. 2 de 2